

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

ANDRESSA LOPES DE OLIVEIRA

**RECONSTITUIÇÃO DE DINÂMICAS FAMILIARES ENTRE CATIVOS E
FORROS A PARTIR DE REGISTROS PAROQUIAIS: SANTO ANTÔNIO DA
LAPA, 1769 - 1830.**

Curitiba, 2014.

ANDRESSA LOPES DE OLIVEIRA

**RECONSTITUIÇÃO DE DINÂMICAS FAMILIARES ENTRE CATIVOS E
FORROS A PARTIR DE REGISTROS PAROQUIAIS: SANTO ANTÔNIO DA
LAPA, 1769 - 1830.**

Monografia apresentada à disciplina de Estágio Supervisionado em Pesquisa Histórica como requisito para a conclusão do Curso de História, Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes da Universidade Federal do Paraná.

Orientador: Professora Doutora Maria Luiza Andreazza.

Curitiba, 2014.

Agradecimentos

Foram madrugadas solitárias as destinadas à produção deste trabalho. Apesar disso, tenho a certeza de que nunca estive sozinha, pois sempre pude contar com o apoio de pessoas incríveis. Acredito que este seja o momento de agradecer a todos aqueles que de forma direta ou indireta contribuíram para a realização do estudo que aqui se apresenta.

Agradeço, primeiramente, a professora Maria Luiza Andreazza, não só por ter compartilhado seus “escravinhos”, mas pela paciência e compreensão. Foi ela quem me ensinou, desde o início do curso, a “brincar de historiadora”, por proporcionar um contato mais direto com as fontes. Nossas conversas sobre “a vida, o universo e tudo mais” sempre foram agradáveis, de modo que, passei a vê-la não só como orientadora, mas como amiga.

Não posso deixar de mencionar a professora Joseli Mendonça e o escravo Barnabé, que fizeram despertar o meu interesse pelo estudo da escravidão. As manhãs empoeiradas no Arquivo Público do Paraná e tudo aquilo que aprendi durante o nosso projeto foram de grande importância para a minha formação.

É quase impossível indissociar o CEDOPE da figura de seu grande “guardião”, André Ribas. Sempre disposto a encontrar, em meio aos documentos, tudo aquilo que precisei, me prestou diversos favores, além de ter me ajudado a dar um nome para este filho que acaba de nascer.

Em um caminho marcado por muitas alegrias e dificuldades, a presença e o apoio de algumas pessoas, para além do ambiente acadêmico, foram essenciais para que eu chegasse ao fim do percurso. Sou imensamente grata aos queridos Guilherme Kimura, Flávia Melo, Luan Ferreira e Patrícia Govaski pelo amparo e carinho. Sem as palavras de estímulo e o “empurrão” de vocês, a Lei da Inércia teria falhado. Ter vocês ao meu lado também é uma conquista.

Enfim, obrigada a todos aqueles que, mesmo que eu não tenha mencionado o nome, compartilharam momentos e conhecimento, me tornando uma pessoa melhor.

“... Fui dormir, e Jim não me acordou para o meu turno. Ele fazia isso muitas vezes. Quando acordei, bem cedo pela manhã, ele tava sentado com a cabeça entre os joelhos, gemendo e se lamentando. Eu não disse nada, nem toquei no assunto. Eu sabia por que ele ficava assim. Pensava na mulher e nos filhos, lá tão longe, se sentia desanimado e com muita saudade, porque gostava tanto da família dele quanto os brancos gostavam das deles. Não parece natural, mas acho que é assim. Muitas vezes, gemia e se lamentava, nas noites em que pensava que eu tava dormindo, e dizia:

- Pobre da pequena Lizabeth! Pobre do Johnny. É duro demais. Acho que nunca mais vô vê eles, nunquinha!

Era um negro bom, o velho Jim, lá isso era.”

(As aventuras de Huckleberry Finn, Mark Twain)

Sumário

RESUMO	6
INTRODUÇÃO	7
CAPÍTULO I	
1. A “METAMORFOSE” DA HISTORIOGRAFIA	9
2. MAS... E O “BRASIL DIFERENTE”?	17
CAPÍTULO II	
1. A OCUPAÇÃO DOS CAMPOS GERAIS	21
2. CONTITUIÇÃO DE SANTO ANTONIO DA LAPA	24
3. FONTES E METODOLOGIA	25
CAPÍTULO III	
1. EXISTIAM FAMÍLIAS CATIVAS PORQUE OS PLANTÉIS ERAM “GRANDES” OU OS PLANTÉIS ERAM “GRANDES” PORQUE EXISTIAM FAMÍLIAS CATIVAS?	31
2. RECONSTITUINDO FAMÍLIAS CATIVAS.....	39
CONSIDERAÇÕES FINAIS	47

Resumo

Santo Antonio da Lapa caracterizou-se como local de passagem e de invernagem de tropas cujo destino era Sorocaba. A abertura do Caminho do Viamão, iniciada em 1730, impulsionou a ocupação desta localidade. Deste modo, ela foi se transformando, paulatinamente, em um pequeno povoado e conquistando a qualidade de freguesia em 1769 e de vila em 1806. Sua economia, como a de outras regiões do Brasil colonial, era baseada na mão-de-obra escrava. A maioria dos proprietários lapeanos, assim como os de outras regiões do território paranaense, possuía entre 1 e 5 cativos, e os maiores plantéis pertenciam a um pequeno número de fazendeiros, cujo as posses variavam entre 16 e 30 escravos. Estes números são muito inferiores se comparados aos das áreas de *plantation*. Embora os estudos acerca das relações sociais próprias aos cativos – especialmente a formação de relações de parentesco e de sociabilidade – venham sendo recorrentes na historiografia brasileira, as relações familiares em cativo ainda foram pouco exploradas em regiões pequeno-escravistas e com plantéis majoritariamente crioulos, como é o caso do Paraná setecentista. Visando contribuir com este tema, o objetivo do presente estudo é o de verificar a viabilidade e as nuances da constituição de famílias cativas na região de Santo Antonio da Lapa, onde as atividades econômicas e a estrutura da posse de escravos eram completamente distintas dos grandes centros exportadores: a mão de obra escrava era a base de uma economia voltada à pecuária e à agricultura de subsistência.

Palavras-chave: Família; Escravidão; Santo Antonio da Lapa.

Introdução

A introdução da família escrava como objeto de estudo na historiografia brasileira foi recente. Embora a família em cativeiro figurasse nas discussões em torno da escravidão no Brasil (mesmo que fosse para negar sua existência), foi somente a partir dos anos 1980 que os cativos começaram a ser vistos como agentes históricos e suas relações sociais se tornaram o foco de muitos pesquisadores.

No primeiro capítulo deste estudo são apresentadas as mudanças que ocorreram na historiografia brasileira a respeito da formação de famílias no cativeiro. Procurou-se mostrar de que forma o assunto foi abordado desde os anos 1930, com as contribuições de Gilberto Freyre, passando pela interpretação economicista de Caio Prado Júnior nos anos 40, incluindo ainda os autores da dita Escola Paulista de Sociologia: Florestan Fernandes, Roger Bastide e Fernando Henrique Cardoso. Dando sequência, foram expostas as ideias de Jacob Gorender e Emília Viotti da Costa e Kátia Mattoso. Algumas rupturas, com o que vinha sendo produzido a respeito do tema, foram apontadas na produção das duas autoras, que assim como Gorender, escreveram durante os anos 1970. Em seguida, foram evidenciadas as mudanças na historiografia da escravidão que se tornaram mais proeminentes a partir de 1980, em que se destacam nomes como Robert Slenes, Manolo Florentino, José Roberto Góes, Hebe Mattos, entre tantos outros.

Ainda no primeiro capítulo, é realizada uma breve exposição da produção historiográfica referente à escravidão em território paranaense. Primeiramente, foi necessário entender porque, para Wilson Martins, não houve escravidão no Paraná o tornando “um Brasil diferente”. O contexto de busca por uma identidade paranaense pautada na colonização europeia e naquilo que se diferencia do restante do Brasil fez com que este autor não enxergasse – ou não quisesse enxergar – a relevância da escravidão na economia e na cultura paranaenses.

Alguns autores, embora tenham vivido nesta mesma conjuntura, apresentaram uma produção com conclusões bem diferentes da de Martins. Brasil Pinheiro Machado, Octávio Ianni, Carlos Antunes dos Santos e Márcia Campos Graf estudaram a escravidão no Paraná, ressaltando sua importância econômica e social para a região, comprovando a existência da escravidão. No que se refere à exploração das relações familiares em cativeiro, foram apontados alguns estudos relevantes sobre o tema em vilas e freguesias paranaenses.

O segundo capítulo trata primeiramente da ocupação dos Campos Gerais, que teve início nas primeiras décadas do século XVIII em decorrência da crise da mineração no litoral, sobretudo Paranaguá, e das ditas Bandeiras paulistas. É mostrado que, neste contexto, o tropeirismo integrou o Sul às demais regiões do país, propagando pela Colônia a cultura sertaneja e que a pecuária se tornou a atividade mais rentável no Paraná dos séculos XVIII e XIX associando tropeirismo, invernagem e criação.

Neste capítulo foram também apresentados alguns dados acerca do povoamento e formação da freguesia de Santo Antonio da Lapa, além da apresentação das fontes e da metodologia empregadas neste estudo. Tendo como proposta a verificação da viabilidade de famílias cativas em meio a uma economia voltada à pecuária e à agricultura de subsistência, no desenvolvimento desta pesquisa foram utilizados assentos de batismo, casamento e óbito da Paróquia de Santo Antonio da Lapa e algumas Listas Nominativas de Habitantes da Quarta Companhia de Ordenança de Curitiba. As informações presentes nestes registros foram repassadas para fichas de reconstituição de famílias, seguindo a metodologia proposta por Loius Henry, com o intuito de agrupar o máximo de informações possíveis sobre cada indivíduo.

O terceiro capítulo foi destinado à exploração do conteúdo das fontes, de modo que, nele são apresentados alguns valores e considerações acerca da formação de famílias cativas em Santo Antonio da Lapa. A frequência dos casamentos entre cativos, forros e administrados, o número de descendentes, as uniões mais estáveis e a presença de noivos africanos são expostas discutidas e comparadas às de outras localidades de que tratam a historiografia.

Aspectos da união em cativo também foram elencados a partir da reconstituição de algumas das famílias recuperadas. Ao levantar dados referentes à posse de escravos e tamanho dos plantéis, buscou-se traçar algumas relações entre esses fatores e a existência das relações familiares entre cativos em Santo Antonio da Lapa durante o período em questão.

Capítulo I

1. A “metamorfose” da historiografia

A introdução da família escrava como objeto de estudo na historiografia brasileira foi recente. Embora a família em cativeiro figurasse nas discussões em torno da escravidão no Brasil, mesmo que fosse para negar sua existência, foi somente a partir dos anos 1980 que os cativos começaram a ser vistos como agentes históricos, e suas relações sociais se tornaram o foco de muitos pesquisadores.

Nos anos finais da década de 1920, em meio aos debates acerca da identidade nacional, Gilberto Freyre lançou um novo olhar aos elementos negro, índio e mestiço: o da assimilação. Para Freyre, tal fenômeno caracterizou-se como uma particularidade brasileira, e serviu de base para a construção do mito da democracia racial. Em *Casa Grande e Senzala*¹ a mestiçagem foi apresentada como um fator positivo, e as raças negra, índia e branca como fundadoras da nacionalidade. Cada uma delas teria uma contribuição distinta na formação da identidade nacional e a fusão das três teria supostamente levado a uma sociedade sem preconceitos raciais.

Tendo o seu olhar mais voltado para a casa-grande², Gilberto Freyre cunhou também o conceito de família patriarcal, a qual era composta por todos os indivíduos que encontravam sob o poder e proteção do senhor: esposa, filhos, netos, avós, agregados e escravos. Nesta família extensa e multifuncional, senhores e escravos, principalmente domésticos, mantinham relações quase sempre harmoniosas³.

Enquanto os cientificistas enfatizavam a condição do indivíduo como negro, e sua raça como inferior às demais, sendo esta a origem da suposta devassidão e promiscuidade, Freyre atribuiu à condição de escravo a origem de tal comportamento. Embora a o argumento científico tenha dado lugar a um viés cultural e a causa não seja mais a mesma, o caráter promíscuo ainda permaneceu. A depravação sexual é apresentada em sua obra como um elemento próprio do sistema escravagista, sendo, inclusive, de interesse do senhor, que via nas relações entre as escravas e seus filhos, ou

¹ FREYRE, G. *Casa Grande e Senzala. Formação da Família Brasileira sob o Regime de Economia Patriarcal*. São Paulo: Global, 2003.

² SCHWARTZ, S. B. *Segredos internos; engenhos e escravos na sociedade colonial, 1550-1835*. São Paulo: Cia. das Letras, 1988. p. 311.

³ RAMOS, V. G. *A família entre os escravos da religião*. Revista Eletrônica Cadernos de História, vol. VII, ano 4, n.º 1, julho de 2009. p. 82.

até com eles mesmos, vantagem econômica ao multiplicar o número de suas posses cativas⁴.

Apesar do destaque atribuído ao trato sexual entre cativas e brancos, a família escrava não é de todo desconsiderada por Freyre. Neste ponto, aproximou-se do pensamento de Perdigão Malheiro ao considerar a própria escravidão responsável pela destruição da família escrava⁵. A devassidão não deixava espaço nem mesmo para o concubinato, que poderia implicar em um relacionamento consensual estável⁶.

Já na década de 1940, Caio Prado Júnior⁷ propôs uma análise da sociedade colonial brasileira através de uma abordagem essencialmente econômica e baseada na relação entre metrópole e colônia, firmada pelo pacto colonial. Em sua interpretação, a escravidão é considerada o motor da economia colonial, sendo as relações entre senhor e escravo, ou e entre os próprios cativos, determinadas pelo fator econômico. Além de ser de baixo custo, a reposição da mão de obra escrava era feita sem dificuldades pelo tráfico atlântico e, embora uma jornada de trabalho mais intensa pudesse reduzir a vida útil do escravo, ainda assim era uma medida vantajosa ao aumento da produção. A essa lógica econômica – que implicava em um péssimo tratamento do cativo – estaria vinculada uma baixa taxa de reprodução natural dos escravos e, aos olhos de Prado Júnior, a insignificante incidência de famílias entre eles⁸.

Em consonância com a explicação sociológica de Freyre que desconsiderava o fardo da raça em detrimento do ser escravo, e para além dela, Prado considerou o escravismo como responsável pela deformação de caráter moral não só dos cativos, mas, conseqüentemente, de todos os segmentos sociais⁹. No entanto, em seu estudo, a visão positiva de Freyre acerca do ambiente criado na fazenda pelas relações entre negros e brancos é contestada. O desregramento moral decorrente da escravidão atingia não somente a população livre marginalizada pelo sistema econômico, mas, inclusive, os próprios proprietários e seus familiares. A casa-grande funcionaria como uma “escola de desregramento” para as crianças brancas¹⁰.

⁴ MOTTA, J. F. *Corpos escravos, vontades livres: posse de cativos e família escrava em Bananal (1801 – 1829)*. São Paulo, FAPESP, Annablume, 1999. p. 182.

⁵ Idem, p. 183.

⁶ Ibidem.

⁷ PRADO Jr., C. *Formação do Brasil Contemporâneo*. São Paulo: Brasiliense, 1979.

⁸ RAMOS, V. G. op. cit, p. 83.

⁹ SLENES, R. W. *Na senzala, uma flor. Esperanças e recordações na formação da família escrava. Brasil, Sudeste, século XIX*. 2ª edição, Campinas: Editora da Unicamp, 2011. p. 38.

¹⁰ Ibidem.

As reflexões de Caio Prado Júnior pautadas na dissolução moral do escravo e, por conseguinte, dos demais grupos sociais, corroboravam com a condenação do legado socioeconômico do sistema colonial lusitano, que vinha sendo defendido na obra freyriana. O ambiente de convivência racial harmoniosa criado pelos portugueses, presente em *Casa Grande e Senzala*, foi confrontado pela preocupação em condenar a exploração colonial e os males sociais gerados pela dependência econômica¹¹.

Sob a influência de Prado Júnior, nas décadas de 1950 e 1960 autores da dita “Escola Paulista de Sociologia” emergiram enfatizando em suas análises a marginalização dos homens livres pobres e a vitimização do escravo por um sistema econômico nefasto¹². Representada por nomes como Florestan Fernandes, Roger Bastide e Fernando Henrique Cardoso, estes estudos trataram de acentuar o caráter violento da escravidão brasileira e, em oposição ao estudo de Gilberto Freyre, defendiam, entre outras coisas, a impossibilidade de convivência harmoniosa entre senhores e escravos.

Nesta corrente historiográfica, sobretudo Florestan Fernandes relacionava o comportamento dos escravos diretamente ao poder dos senhores, não deixando espaço para que o cativo fosse visto como um agente histórico. Devido à suposta prática dos proprietários de “tolher e solapar” todas as formas de solidariedade entre os cativos, a família escrava – não apenas a linhagem, mas também a família conjugal/nuclear, com o pai presente na vida dos filhos – foi praticamente inexistente do ponto de vista deste autor¹³.

Para Fernandes, além da instabilidade dos grupos de parentesco, a intervenção senhorial teria destruído as normas familiares dos cativos, deixando-os sem regras para a conduta sexual e sem um aparato cultural que os permitisse formar unidades familiares permanentes e duradouras¹⁴. O aniquilamento da família teria imposto aos cativos “condições anômicas de existência”, que permaneceram presentes na cultura negra e na experiência deste como pessoas livres¹⁵. Os anômicos escravos, os quais não possuíam laços de interdependência, de responsabilidade e de solidariedade, não eram vistos, por Florestan Fernandes, como agentes históricos nem mesmo no processo de

¹¹ SLENES, R. W. op. cit, p. 38.

¹² Ibidem.

¹³ FARIA, S. S. C.; SLENES, R. W. *Família escrava e trabalho*. Tempo, Vol. 3 - n° 6, Dezembro de 1998. p.1.

¹⁴ SLENES, R. W. op. cit, p. 39.

¹⁵ Ibidem.

Abolição. Somente as figuras do fazendeiro (se limitando ao oeste paulista) e do imigrante eram vistas como relevantes na história do país¹⁶.

Nesta mesma linha de análise, o antropólogo francês Roger Bastide trouxe para a discussão o impacto da escravidão na cultura africana. Para ele, a inviabilidade de manter uma linhagem familiar e a vinda forçada dos africanos para o Brasil teriam feito com que o culto aos antepassados estivesse destinado a desaparecer ou permanecer somente por vias indiretas. Os escravos crioulos, nascidos no Brasil, eram vistos por Bastide como “sem pai”. Igualmente desprovidos de linhagem, muitas vezes não conheciam a própria mãe ou o verdadeiro pai que, em muitos casos, era o próprio senhor¹⁷. Ainda que a paternidade não fosse biológica, o proprietário era visto como o grande patriarca branco. Desse modo, ao voltar sua atenção para a dualidade racial dos pais, encontrou a explicação para a aculturação do negro: na medida em que o negro interiorizava o pai branco, por consequência incorporava sua cultura, sua concepção de mundo, suas referências e normas¹⁸.

Ainda sob a influência de Caio Prado Júnior e Gilberto Freyre, Fernando Henrique Cardoso promoveu o estudo de uma comunidade caracterizada por pequenas propriedades, onde a mão de obra escrava era mais rarefeita se comparada às demais regiões do Brasil. Cardoso delineou um panorama de imoralidade e promiscuidade semelhante ao esboçado por Freyre: apesar das especificidades socioeconômicas de Desterro, atual Florianópolis, o matrimônio e a família não interferiam na vida sexual e procriadora dos cativos¹⁹. Em sua obra, o tráfico interno a disparidade entre os sexos também são ainda apontados como obstáculos nas relações familiares.

Embora não tenha dado destaque ao conceito de anomia de Fernandes, e nem aos aspectos psicológicos de Bastide, Cardoso apresentou conclusões bem próximas às desses autores no que se refere à desqualificação do escravo como agente histórico²⁰. Cardoso resgatou o estudo de Perdigão Malheiro reproduzindo sua visão reificada do escravo ao afirmar que a condição jurídica de coisa era correspondente à condição social do negro, ou seja, o próprio cativo acreditava ser um pouco mais que um ser irracional. Ainda nesse sentido, os escravos não seriam capazes de produzir valores e

¹⁶ SLENES, R. W. op. cit, p. 39.

¹⁷ Ibidem.

¹⁸ Idem, p. 40.

¹⁹ MOTTA, J. F. op. cit, p. 185.

²⁰ SLENES, R. W. op. cit, p. 41.

normas próprios, apenas espelhavam passivamente os significados sociais que eram impostos pelos senhores²¹.

A reificação, ou coisificação, do escravo é considerada, por Sidney Chalhoub, como um dos mais célebres mitos da historiografia²². Perdigão Malheiro pode ser considerado o precursor da teoria do escravo-coisa. Ainda que a obra *A escravidão no Brasil: ensaio histórico, jurídico, social*, publicada pela Imprensa Nacional durante a década de 1860, tenha caráter de fonte e não de um estudo historiográfico, não se pode ignorar as reflexões do jurista acerca da sociedade escravagista da qual fazia parte. Em sua obra, o cativo é apresentado como coisa, estando sujeito ao poder e ao domínio de outro como sua propriedade, tendo todos os direitos e os sentimentos como os de família, negados. A definição legal do escravo como coisa vinha acompanhada de uma violência social que parecia inerente à escravidão²³.

A teoria do escravo-coisa prosseguiu presente na historiografia, podendo ser encontrada ainda no trabalho de Jacob Gorender, que na década de 1970 acentuou o viés economicista nos estudos sobre escravidão. Segundo Gorender, “o primeiro ato humano do escravo é o crime, desde o atendado contra seu senhor à fuga do cativo”²⁴. Deste modo, os cativos pediam ora pela passividade e ora pela rebeldia, sendo suas manifestações de inconformismo o único meio que tinham de negar sua coisificação social e de afirmar sua dignidade humana.

Em sua obra, a violência é vista como a forma mais significativa de perpetuação do escravismo e como base das relações sociais no cativo. Em decorrência da violência e opressão, o escravo tornava-se incapaz de realizar interações sociais; a vida em cativo despia de humanidade e lhe atribuía uma condição anômica. Ao resgatar o conceito de anomia, Gorender apontou a suposta ausência de leis e de organização como fator que impossibilitava a adoção de práticas sócio-culturais pelos cativos, como a de constituir família e de participar de forma ativa em seu processo de manumissão. A disparidade entre o número de homens e mulheres e a intervenção do senhor nas relações impondo a separação por venda ou herança, foram também apresentados como obstáculos às uniões estáveis por implicar um comportamento promíscuo entre os

²¹ SLENES, R. W. op. cit, p. 44.

²² CHALHOUB, S. *Visões da liberdade: uma história das últimas décadas da escravidão na Corte*. São Paulo: Companhia das letras, 2011. p. 40.

²³ Idem, p. 43.

²⁴ CHALHOUB, op. cit, p. 48.

escravos²⁵.

Contudo, ainda nos anos 60, ao tratar dos desdobramentos que resultaram na Abolição, Emília Viotti da Costa deu certa visibilidade à resistência escrava. Ainda assim, sua contribuição para a ressignificação do cativo como agente histórico não foi de todo reconhecida, possivelmente pelo fato de que, em sua obra, a ação dos escravos é percebida somente em meio à conjuntura abolicionista²⁶. O destaque para o aumento do número de fugas neste contexto fez com que a atuação dos escravos em os períodos anteriores fosse esquecida ou ignorada.

No que tange à família escrava, para Costa, ainda que houvesse fazendeiros interessados em sacramentar a união de seus cativos, a maioria não se importava. O matrimônio religioso entre eles era raro e, mesmo que contrariando os preceitos cristãos, os escravos viviam em situações promíscuas. No entanto, considerou essa promiscuidade sexual como um fator de interesse do senhor, que eliminaria os problemas decorrentes da venda de cativos casados²⁷. Acrescenta-se ainda às discussões da autora, a visão de que o número desproporcional entre os sexos estimulava o caráter não duradouro das ligações²⁸.

Na década de 1970 o panorama do que vinha sendo produzido a respeito da família em cativeiro começou a sofrer alterações. Kátia Mattoso, ainda que não questionasse a base empírica da visão “tradicional” da família escrava, já percebia que os africanos e seus descendentes podiam construir outras solidariedades significativas, para além do parentesco, para orientar suas vidas²⁹. Segundo a autora, as relações familiares prendiam os escravos ao seu senhor, à sua disciplina, a seu trabalho e impediam o desenvolvimento de uma consciência de classe³⁰. Da mesma forma que outros autores já mencionados, Mattoso apontou a “falta de mulheres” como fator que teria estimulado relações temporárias no cativeiro. Na concepção de Mattoso, em geral, os escravos não se casavam, e quando o faziam, a escolha dos noivos era realizada pelo proprietário. A ausência da figura paterna na família cativa também está presente em sua análise: a família da criança fruto de uma união efêmera seria o conjunto da comunidade

²⁵ RAMOS, op. cit, p. 83.

²⁶ SLENES, R. W. op. cit, p. 40

²⁷ MOTTA, J. F. op. cit, p. 186.

²⁸ Idem, p. 187.

²⁹ FARIA, S. S. C. ; SLENES, R. W. op. cit, p. 2.

³⁰ MATTOSO, K. M. Q. *Ser escravo no Brasil*. 2ª reimpressão da 3ª edição, São Paulo: Brasiliense, 2003. p. 126.

de escravos³¹.

Ainda em meados dos anos 70 surgiram os primeiros estudos demográficos sobre o assunto e que contestavam o quadro de depravação (sexual e moral) e promiscuidade, por anos alimentado pela historiografia. Em um artigo, Richard Graham discorreu a respeito dos padrões demográficos dos escravos da fazenda Santa Cruz, enquanto Robert Slenes tratou das taxas de casamento entre cativos nos recenseamentos do Oeste Paulista no século XIX³².

A partir dos anos 80 as mudanças na historiografia passaram a ser mais acentuadas. A teoria do escravo-coisa perdeu visibilidade, dando lugar à ênfase na autonomia escrava. Os cativos começaram a ser vistos como agentes históricos ativos no processo de formação da sociedade brasileira. Conceitos como os de resistência e autonomia entre escravos passaram a ser apontados, de forma recorrente, como foco para a reconstrução de uma história empenhada em reverter as perspectivas tradicionais e integrar os grupos escravos em seus comportamentos históricos, como agentes efetivamente transformadores da instituição³³.

Esta conjuntura marca, inclusive, a exploração de novos tipos de fonte e o surgimento de novas metodologias, sobretudo a demografia histórica. A maioria desses estudos tiveram como foco as regiões de *plantation* do Sudeste, onde a importação de escravos era grande e a venda deles para outras localidades era pequena. Por este novo viés, também foram realizadas pesquisas que tratavam de outras regiões e que apresentaram alguns resultados semelhantes³⁴.

Para o historiador estadunidense Stuart Schwartz, que se dedicou aos estudos da escravidão na Bahia, a família em cativo não dependia exclusivamente do casamento religioso: as uniões consensuais também formavam unidades familiares³⁵. Acrescentou ainda que mesmo que não houvesse grande interesse por parte dos proprietários, em casar seus escravos, resultando na escassez de matrimônios, de modo algum isso implicaria na incapacidade dos cativos de criar e manter laços de afeição, associação e sangue que tivessem um significado real e permanente em suas vidas³⁶.

Embora tenha evidenciado a humanidade do escravo nas relações com seus

³¹ MATTOSO, K. M. Q. op. cit., p. 127.

³² SLENES, R. W. op. cit, p. 53

³³ MACHADO, H. P. T. *Em torno da autonomia escrava: uma nova direção para a história social da escravidão*. Revista Brasileira de História. São Paulo: AMPUH / Marco Zero, v. 8, nº 16, março de 1988 / agosto de 1988. p. 146.

³⁴ SLENES, R. W. op. cit, p. 54.

³⁵ SCHWARTZ, S. B. op. cit, p. 311.

³⁶ *Ibidem*.

iguais, Schwartz apresenta a interferência do senhor na vida familiar dos escravos como um fator determinante. Segundo ele, além do desinteresse em batizar e casar seus escravos, a ameaça de venda e a restrição do universo social dos cativos, muitos proprietários interferiam até mesmo na escolha dos cônjuges³⁷.

Mais recentemente, desde a década de 90, a produção historiográfica tem estado voltada à questão da formação de relações sociais próprias aos cativos, especialmente a formação de relações de parentesco e de sociabilidade³⁸. Desde então já não é necessário que os historiadores se empenhem em constatar a existência da família cativa, é possível partir da premissa de que ela de fato existiu e era algo comum.

Nessa linha de investigação é válido enfatizar o trabalho de Manolo Florentino e José Roberto Góes, que apresentaram dados que assinalam uma relação entre os desembarques de africanos e o mercado matrimonial cativo, no Rio de Janeiro do final do século XVIII e primeira metade do XIX.

A dupla acrescentou ainda que a inserção em uma rede familiar foi uma maneira que os escravos encontraram para melhorar a convivência entre seus pares. Indivíduos de diferentes origens étnicas teriam encontrado uma identidade comum por meio da formação de laços de parentesco. Florentino e Góes lançaram uma crítica aos estudos que entendem a vontade e o poder senhorial como princípios determinantes na vida familiar dos cativos, ao demonstrar que os próprios escravos procuravam inserir-se em redes familiares³⁹.

Em *Das cores do silêncio: os significados da liberdade no Sudeste escravista, Brasil século XIX*, Hebe Mattos afirma ter existido uma espécie de diferenciação interna do cativo que se dava conforme as funções exercidas pelos cativos e a possibilidade de formação de família, o que privilegiava alguns em relação aos outros⁴⁰. Por meio desse mecanismo criava-se uma hierarquia que atendia aos interesses senhoriais e garantia a eficiência dos serviços dos escravos⁴¹. Para Mattos, a família cativa estimulava a competição por recursos e a estratégia de aproximação da liberdade, desse modo, fragilizando os laços de comunidade dentro da senzala e a resistência coordenada

³⁷ SCHWARTZ, S. B. op. cit, p. 314.

³⁸ RAMOS, op. cit, p. 85.

³⁹ Idem, p. 84.

⁴⁰ MATTOS, Hebe Maria. *Das cores do silêncio: Os significados da liberdade no Sudeste Escravista Brasil Século XIX*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998. p. p. 131.

⁴¹ WEIGERT, D. *Compadrio e família escrava em Palmas, província do Paraná (1843-1888)*. Curitiba, 2010. 150 f. Dissertação (Mestrado em História) Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Paraná. p. 46.

ao sistema⁴².

Robert Slenes é um dos nomes de maior destaque no que se refere ao tema, podendo ser considerado o precursor dos estudos sobre a natureza do parentesco entre cativos. Após documentar a presença da família escrava nas áreas de *plantation*, procurou resgatar os significados da família e do parentesco para os próprios cativos. Em seu livro *Na senzala, uma flor. Esperanças e recordações na formação da família escrava*, Slenes procurou demonstrar que o elemento familiar contribuiu para a constituição de uma comunidade escrava, em que a união se dava por suas experiências, valores e memórias compartilhadas. O título desta obra faz referência ao relato de Charles Ribeyrolles, viajante francês que passou pelo Brasil em 1859, que alegando a inexistência da família em cativeiro afirmou que “*Nos cubículos dos negros, jamais vi uma flor: é que lá não existem nem esperanças nem recordações*”⁴³.

Sob a influência de Slenes diversos pesquisadores buscaram ir além da interpretação de dados empíricos, questionando-se sobre seus mecanismos de viabilização, em que a observação de costumes africanos, o parentesco e a linhagem aparecem como objetos privilegiados⁴⁴.

2. Mas... e o “Brasil diferente”?

Publicado em 1955 pelo então professor da Universidade Federal do Paraná Wilson Martins, *Um Brasil diferente. Ensaio sobre fenômenos de aculturação no Paraná* foi uma tentativa de transpor para o Sul as reflexões de Gilberto Freyre, ou seja, compreender a experiência da história social brasileira. Entretanto, se distanciou do trabalho do sociólogo pernambucano ao afirmar que nos estados do Sul, em especial no Paraná, “a ausência do português, a inexistência da escravatura e do elemento indígena” teriam produzido um “Brasil diferente”. Nesse sentido, os estudos de Gilberto Freyre seriam válidos somente para algumas regiões do Brasil⁴⁵. A obra de Martins refletiu uma configuração local que, tanto socialmente quanto politicamente, implicaram na construção de uma identidade regional para o estado do Paraná⁴⁶.

⁴² SLENES, R. W. op. cit, p. 55.

⁴³ Idem, p. 27.

⁴⁴ SLENES, R. W. ; FARIA, S. S. C. op. cit, p. 4.

⁴⁵ MARTINS, Wilson. *Um Brasil diferente: ensaio sobre fenômenos de aculturação no Paraná*. São Paulo: T. A. Queiroz, 1989.

⁴⁶ OLIVEIRA, M. O “*Brasil diferente*” de Wilson Martins. Caderno CRH, Salvador, v. 18, n. 44, p. 215-221, Maio/Ago. 2005. p. 217.

Por volta de 1930 surgiu no Paraná uma nova geração de intelectuais que buscavam construir uma identidade paranaense pautada na diferença e não por aquilo que possuía de similar ao nacional, num movimento oposto ao dos literatos do século XIX, que visavam diluir os elementos de diferença. O nascimento da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras do Paraná, em 1938, também esteve ligado ao projeto de construção de um estado regional, fixando uma identidade que some, mas não se dilui na cultura nacional. Nesta conjuntura começou a ser forjado o mito de um estado branco, fruto da colonização europeia, sem elementos negros ou portugueses⁴⁷. No campo da política não foi diferente: os discursos de Bento Munhoz, durante seu governo, se coadunam com as preocupações reveladas por Wilson Martins em seu trabalho⁴⁸.

O Paraná, de fato, se desenvolveu de forma peculiar se comparado às regiões de *plantation*, pois sua economia esteve voltada à subsistência e à sustentação mercado interno colonial. Nestas configurações não houve demanda por grandes plantéis escravistas como nas áreas exportadoras, o que não quer dizer que a escravidão tenha sido inexistente ou mais branda nesta região. Autores contemporâneos a Wilson Martins trataram de comprovar que suas conclusões foram equivocadas ao demonstrar a importância do escravismo na economia e sociedade paranaenses.

Durante a década de 1960 dois autores se destacaram ao publicar estudos que contrapunham as ideias de Martins. Tendo como base dados extraídos de inventários, Brasil Pinheiro Machado⁴⁹ verificou o emprego da mão de obra escrava em diversas atividades ligadas à agropecuária, sendo esta mais utilizada se comparada ao uso de agregados e administrados. Octavio Ianni⁵⁰ por sua vez, percebeu o regime escravista como um fator predominante em todas as fases da economia paranaense. Ao analisar documentos da Câmara Municipal de Curitiba, Ianni também discutiu as relações entre senhores e escravos, ressaltando a cruzeza e a violência de uma economia e sociedade escravagistas.

Avançando aos anos de 1970 e 1980 em um estudo das últimas décadas de

⁴⁷ OLIVEIRA, M. op. cit, p. 218.

⁴⁸ Idem, p. 219.

⁴⁹ MACHADO, B. P. *Contribuição ao estudo da história agrária do Paraná – I: formação da estrutura agrária tradicional dos Campos Gerais*. Boletim da Universidade Federal do Paraná, Curitiba (3): 1 -21, junho 1963.

⁵⁰ IANNI, O. *As metamorfoses do escravo. Apogeu e crise da escravatura no Brasil meridional*. São Paulo: Hucitec, 1985.

escravidão, Carlos Roberto Antunes dos Santos⁵¹ a partir de registros de compra e venda, assegurou que o mercado de escravos era extremamente competitivo na Província. Para Santos, devido à escassez de mão de obra escrava na região, os cativos paranaenses atingiram os preços mais elevados na primeira metade da década de 1870. Márcia Elisa de Campos Graf se empenhou em explorar o cotidiano das relações escravistas tendo como base notícias da imprensa periódica local, que envolviam senhores e escravos. Ao avaliar listas de classificação para emancipação, também pôde sistematizar aspectos demográficos da população escrava da província. Empreendeu ainda pesquisas acerca da história da família em cativo, levantando dados de inventários, testamentos, cartas de alforria e listas nominativas de habitantes⁵².

Desde então, vários estudos sobre população e família escrava em vilas e freguesias da Capitania de São Paulo, onde se inclui o Paraná, vêm sendo produzidos, dentre os quais vale destacar as pesquisas de Marília Souza do Valle, Cacilda Machado, Bruna Marina Portela e Fernando Franco Neto.

Em sua tese de doutorado, Valle explorou a estrutura populacional de Santo Antonio da Lapa determinando as taxas de natalidade, nupcialidade, mortalidade entre 1769 e 1818, em seus primeiros 50 anos de formação. Para tal, fez uso de registros paroquiais de batizados, casamentos e óbitos e de listas nominativas de habitantes, norteada pela demografia histórica de Louis Henry.

A trama das vontades, de Cacilda Machado, trata das relações entre escravos e livres, e entre brancos, pardos e negros, na freguesia de São José dos Pinhais durante a passagem do século XVIII para o XIX. A autora buscou entender a natureza e a dinâmica das relações, com o intuito de conhecer os mecanismos de produção e reprodução da hierarquia escravista em uma localidade caracterizada por pequenos plantéis e pela grande presença de pardos e negros livres. A fim de obter indicadores demográficos, realizou o cruzamento de dados de mapas populacionais e listas nominativas, além de um inventário de bens rústicos.

Portela, em sua dissertação de mestrado, analisou constituição e configuração da comunidade escrava de Castro, durante as três primeiras décadas do século XIX.

⁵¹ SANTOS, C. R. A. *L'économie et la société esclavagistes au Parana (Brésil) de 1854 e 1887*. Paris, Univeristé de Paris X – Natterre, 1976. Tese de doutorado.

⁵² GRAF, M. E. C. *População escrava da província do Paraná. A partir das listas de classificação para emancipação 1873-1886*. Curitiba, Universidade Federal do Paraná, 1974. Dissertação de mestrado; _____. *Imprensa pedidódica e escravidão no Paraná*. São Paulo, Universidade de São Paulo, 1979. Tese de doutorado; _____. *Fontes para o estudo da família escrava no Brasil*. In: Anais do V Encontro Nacional de Estudos Populacionais, 1986, Aguas de São Pedro - S.P.. Anais do V Encontro Nacional de Estudos Populacionais. São Paulo, 1986. p. 19-32.

Procurando entender o que significou, para o grupo de cativos da localidade, viver em meio a uma economia voltada à pecuária e ao tropeirismo. Utilizou inventários *post-mortem* de proprietários, além de listas nominativas de habitantes e documentos do poder judiciário.

Em sua tese de doutorado, que posteriormente virou livro, Fernando Franco Netto procurou avaliar as relações entre população, família e escravidão durante parte do século XIX, em Guarapuava. Para tal fez uso de diversos tipos de fonte, entre os quais listas nominativas de habitantes, relatórios dos presidentes de província, o Recenseamento de 1872, registros paroquiais, além de inventários *post mortem*.

Capítulo II

1. A ocupação dos Campos Gerais

A ocupação do território dos Campos Gerais se deu no início do século XVIII, quando homens ricos vindos de São Paulo, Santos e Paranaguá chegaram à região. Diferente de outros campos, como os de Lages e de Laguna, os povoadores não se transferiram com toda a família (escravos, bens, animais, parentes e clientes) com o intuito de instalar uma nova sociedade⁵³.

A finalidade inicial dos posseiros era a de explorar comercialmente as terras tendo em vista o abastecimento de São Paulo e, sobretudo, das regiões mineradoras. Somente com o deslocamento da economia para o Sudeste e a necessidade de abastecer de mantimentos as Minas Gerais é que os mercados internos começaram a se consolidar no Brasil⁵⁴. Com a revogação do Tratado de Madrid, o avanço rumo ao interior, expandindo as fronteiras ao sul, passou a ser também uma política colonial. D. Luiz e o Marquês de Pombal trataram de substituir os fortes militares por povoações civis, o que legitimaria a posse⁵⁵.

Esses proprietários foram absenteístas, tendo estabelecido as primeiras fazendas à margem do caminho que ligava Curitiba a Sorocaba e São Paulo. Para fundar uma fazenda, o empreendedor mandava seu preposto com alguns escravos para tomar posse das terras, para onde eram conduzidas também algumas cabeças de gado. Posteriormente, ao alegar a posse era realizado o pedido da sesmaria⁵⁶. O sesmeiro não se transferia com sua família, escravos e bens: sua propriedade permanecia sob a administração de um capataz que recebia a denominação de fazendeiro⁵⁷.

Os campos situados ao sul de Curitiba foram apropriados mais tardiamente em decorrência do trânsito da estrada do Viamão⁵⁸. Aberto em 1731, o Caminho do Viamão provocou a substituição da criação de gado pela invernagem, tornando as fazendas locais de pouso e engorda para os animais que eram conduzidos a Sorocaba, o que

⁵³ MACHADO, B. P. *Formação histórica*. In: Campos Gerais - estruturas agrárias. Faculdade de Filosofia, Universidade Federal do Paraná, 1968. p. 29.

⁵⁴ GUTIÉRREZ, H. *Fazendas de gado no Paraná escravista*. Topoi: Revista de História, Rio de Janeiro, n. 9, 2004, p. 102-127. p. 102.

⁵⁵ WEIGERT, D. op. cit, p. 12.

⁵⁶ MACHADO, B. P. op. cit, p. 30.

⁵⁷ Idem, p. 31.

⁵⁸ Idem, p. 33.

culminou no surgimento de uma nova fonte de renda para os fazendeiros⁵⁹. O percurso era longo, de modo que levavam meses para chegar ao destino final e, portanto, era necessário descansar as tropas e engordá-las várias vezes no trajeto antes de apresentá-las aos compradores⁶⁰.

Ao explorar a escravidão em Castro, Bruna Portela percebeu existência de escravos envolvidos nas atividades tropeiras: vários cativos viajavam junto com seus senhores para compra e venda do gado. Acrescenta que mulheres também estavam incorporadas ao tropeirismo, pois, provavelmente, preparavam a comida para os viajantes das tropas. Segundo a autora, essa mobilidade espacial teria proporcionado vantagens para alguns cativos que, quando alforriados, optaram por construir uma vida nova em vilas que possivelmente frequentaram na condição de escravos e que nesse tempo estabeleceram redes de sociabilidade para além de seu local de moradia e habitação⁶¹.

A economia tropeira em crescente expansão teve seu auge no ano de 1750 com a instituição da Feira de Sorocaba, onde as tropas eram vendidas para as lavras de Minas Gerais, Goiás e Mato Grosso. Na medida em que o tropeirismo integrava o Sul às demais regiões do país, propagava pela Colônia a cultura sertaneja⁶². Em 1772, foram recenseados na Lapa nove grandes fazendas e doze sítios, que eram pequenas propriedades perto dos povoados ou à beira da estrada. Segundo Brasil Pinheiro Machado, as fazendas nesta localidade se desenvolveram apenas a partir do século XIX⁶³.

Nas primeiras décadas do século XIX, a sociedade que havia se formado nos Campos Gerais encontrava-se estabilizada e distribuída em diversas vilas como as de Castro, Ponta Grossa, Palmeira e Lapa. Estando todas elas localizadas no caminho das tropas, contavam com dois tipos de população: uma permanente e outra ocasional, sendo que a primeira dependia da segunda. Enquanto a grande família residia nas fazendas, tendo como base a mão-de-obra escrava, a mocidade, de forma geral, estava

⁵⁹ ANDREAZZA, M. L. *Casamento, solidariedade e compaixão*. In: XII Encontro da Associação Brasileira de Estudos Populacionais, 2000, Caxambu (MG). Anais do XII Encontro da Associação Brasileira de Estudos Populacionais. Belo Horizonte: ABEP, 2000. p. 1.

⁶⁰ GUTIÉRREZ, H. op. cit, p. 103.

⁶¹ PORTELA, B. M. *Caminhos do cativo: a configuração de uma comunidade escrava. (Castro, São Paulo, 1800-1830)*. Dissertação de Mestrado, Universidade Federal do Paraná. Ano de Obtenção: 2007. p. 94 – 95.

⁶² REINEHR, S. *História do Paraná: em conto e para ouvir*. Ilustrado por Edilson Pinheiro. Curitiba: Edição da autora, 2010. 40 p.:il. p. 26 – 27.

⁶³ Idem p. 34.

envolvida nas atividades ligadas ao tropeirismo⁶⁴. Embora as famílias fazendeiras habitassem as vilas somente em uma parte do ano, residindo em maior parte de tempo em suas terras, detinham o poder político local e regional por meio das oligarquias parentais⁶⁵.

A pecuária se destacou como único setor fornecedor de meio de transporte antes da construção das estradas de ferro, além de ter servido como força de trabalho nos engenhos e fazendas, como alimento e provedor de leite, couro e lã⁶⁶. Segundo Horácio Gutiérrez, a pecuária foi a atividade mais rentável no Paraná dos séculos XVIII e XIX associando tropeirismo, invernagem e criação⁶⁷.

Cacilda Machado ainda acrescenta que o dinamismo da economia paranaense na passagem do século XVIII para o XIX se deve à riqueza das fazendas dos Campos Gerais, pela expansão territorial e pelo intenso comércio, sobretudo ao longo do Caminho do Viamão⁶⁸. A autora ainda aponta o crescimento populacional e a distribuição dos moradores como uma tradução desse dinamismo. A população da comarca paranaense em 1772 era de 7.627 habitantes, tendo subido para 32.887 em 1824, sendo que, em 1720, 41% vivia no planalto, valor que subiu para 56% em 1772, chegando a 65% em 1824 e 69% em 1854. Com a concentração de escravos não foi diferente: de 55%, em 1798, para 60%, em 1830⁶⁹.

Segundo Octávio Ianni, no último quartel do século XVIII a população cativa sofreu um decréscimo que, muito possivelmente, tenha sido ocasionado pela lenta expansão econômica da região, não havendo demanda por um afluxo intenso de escravos ou, até mesmo, um possível desdobramento do crescimento vegetativo do número de livres⁷⁰. Em Castro e Santo Antonio da Lapa, onde as atividades de criação e a invernagem de gado eram mais intensas, a presença de cativos se manteve estável apesar da baixa nos preços dos animais de transporte e de gado, o que tornou o preço da mão de obra mais elevado⁷¹.

⁶⁴ MACHADO, B. P. op. cit, p. 39.

⁶⁵ Idem, 40; ANDREAZZA, M. L. op. cit, p. 1.

⁶⁶ GUTIÉRREZ, H. op. cit, p. 102

⁶⁷ Idem, p. 102 – 103.

⁶⁸ Machado, C. *A trama das vontades: negros, pardos e brancos na produção da hierarquia social (São José dos Pinhais – PR, passagem do XVIII para o XIX)*. Tese de Doutorado. RJ: 2006, UFPR/ IFCS, (mimeo). p. 55.

⁶⁹ Ibidem.

⁷⁰ IANNI, O. *Apud in* MACHADO, C. op. cit., p. 62 – 63.

⁷¹ Idem, p. 64.

2. Constituição de Santo Antonio da Lapa

Cobiçada pelos paulistas, a região de Santo Antonio da Lapa contava com diversas fazendas de gado desde o princípio do século XVIII. Mais de noventa sesmeiros requereram propriedades na região da Lapa entre 1725 e 1744, porém, atribuíram a administração destas aos chamados “fazendeiros”⁷².

A abertura da estrada que ligava Sorocaba a Viamão possibilitou a expansão populacional da localidade, que se caracterizou a partir de então como ponto de passagem e pouso de tropas cujo destino era Sorocaba. As chances de comércio com os tropeiros e a existência de um posto de cobrança de trânsito de gado nas suas proximidades contribuíram para o agrupamento de pessoas. Assim sendo, é possível afirmar que o povoamento do territorial da Lapa foi um desdobramento da construção do Caminho do Viamão. A passagem foi construída entre 1730 e 1731, em decorrência de descobertas realizadas por bandeiras empreendidas na região, tendo custado ao governo da Capitania de São Paulo a importância de cerca de 400 mil réis⁷³.

A intensa circulação de pessoas alterou consideravelmente o cotidiano do lugarejo. Os pequenos criadores de gado observaram o surgimento de outras atividades e o aparecimento de novos moradores, os quais assistiam os tropeiros, fornecendo alguns dos produtos de que necessitavam. Nesta conjuntura, foram frequentes as concessões de licenças pela Câmara Municipal de Curitiba, para o início de novas formas de comércio. O local de passagem e de repouso para as tropas acabou se transformando, paulatinamente, em um pequeno povoado⁷⁴.

Em 13 de maio de 1768 foi lavrado um documento de concessão de uma sesmaria a João Pereira Braga e sua esposa Josefa Gonçalves da Silva, considerados ainda hoje os fundadores da cidade. Após a demarcação territorial, em 13 de junho de 1769 a Lapa foi canonicamente *erecta* pelo Bispo de São Paulo, com a denominação de Freguesia de Santo Antônio da Lapa. O sesmeiro português chegou ao Brasil no início do século XVIII. Primeiramente residiu com sua esposa na Fazenda São Carlos, próxima à Freguesia de Nossa Senhora do Tamanduá e de Capão Alto. A eles somaram-se outros moradores e em meados do século, o antigo repouso do Capão Alto já contava

⁷² ANDREAZZA, M. L. *Olhares para a ordem social de Santo Antonio da Lapa (1763-1805)*. In: XII Encontro Nacional da ABEP, 2002, Ouro Preto. Anais do XII Encontro Nacional da ABEP, 2002. p. 2.

⁷³ VALLE, M. S. *Movimento populacional da Lapa: 1769 – 1818*. Curitiba, 1976. Dissertação de mestrado em História. UFPR. p. 7 – 8.

⁷⁴ Idem, p. 8.

com um significativo número de habitantes⁷⁵.

Em razão das dificuldades de comunicação com a Vila de Curitiba, a quem Santo Antonio da Lapa era juridicamente subordinada, e do atraso e desordem na solução assuntos jurídicos, o procurador José Vaz de Carvalho apresentou um requerimento solicitando a elevação da Freguesia à categoria de Vila em fevereiro de 1806.⁷⁶ No dia 6 de junho desse mesmo ano, tendo sido reconhecida como Vila, recebeu a denominação de Vila Nova do Príncipe⁷⁷.

A economia lapeana, assim como de outras regiões do Paraná setecentista, era baseada na mão de obra escrava. Em 1777 contabilizava 877 habitantes, subindo para 1.132 em 1783 e chegando a 1.240 no ano de 1792. Somava 1.360 habitantes em 1798, sendo que, 84,5% eram livres e libertos. Embora a população fosse pequena, se comparada a outras vilas e povoados, não estava demograficamente inerte. No decorrer do crescimento populacional, o índice escravos permaneceu relativamente estável: em torno de 15% da população. No mesmo ano (1798), os 210 cativos encontravam-se distribuídos em 38 domicílios, sendo que, os maiores plantéis pertenciam a um pequeno número de fazendeiros, que possuíam entre 16 e 30 escravos⁷⁸.

Estes valores se distanciam um pouco dos padrões apresentados por Horácio Gutiérrez e Eduardo Spiller Pena, para o território paranaense, que encontraram um número elevado de proprietários que possuíam entre 1 e 5 cativos e pouquíssimos senhores com mais de 5 escravos⁷⁹. No entanto, se comparados às *plantations*, os plantéis lapeanos podem ser considerados pequenos.

3. Fontes e metodologia

Uma capela que funcionou durante muitos anos como Paróquia foi construída em 1769, onde hoje fica a Igreja Matriz da Lapa. Ministrado pelo padre João da Silva Reis, o primeiro batizado data de 13 de junho desse mesmo ano⁸⁰. Dentre as fontes empregadas neste estudo estão os registros paroquiais de casamento, batismo e óbito da Paróquia de Santo Antônio da Lapa, do período situado entre 1769 e 1830 e as listas

⁷⁵ VALLE, M. S. op. cit., p. 9 – 10.

⁷⁶ Idem, p. 12.

⁷⁷ Idem, p. 12 – 13.

⁷⁸ ANDREAZZA, M. L. 2002. op. cit, p. 8.

⁷⁹ PENA, E. S. *O Jogo da Face. A Astúcia Escrava frente aos Senhores e à Lei na Curitiba Provincial*. Curitiba: Aos Quatro Ventos, 1999. p. 29; GUTIÉRREZ, H. Crioulos e africanos no Paraná, 1798-1830. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, n.16, 1988. p. 161-188.

⁸⁰ VALLE, M. S. op. cit, p. 10.

nominativas de habitantes dos seguintes anos: 1776, 1781, 1782, 1785, 1788, 1790, 1791, 1792, 1793, 1796, 1797, 1798, 1806 e 1807. A baliza temporal que norteou este estudo foi dada pela criação da Freguesia e construção da Igreja, enquanto a final, 1830, marcou o término do grande século XVIII, nos termos sugeridos por Sérgio Odilon Nadalin. A escolha também se deu em função da ideia de “rastrear” os descendentes dos primeiros escravos casados religiosamente na localidade, calculando o tempo necessário para que fosse possível encontrar famílias cativas com duas ou mais gerações.

O trabalho de levantamento do Arquivo Paroquial de Santo Antônio da Lapa foi realizado como parte do Projeto de Levantamento e Arrolamento de Arquivos, em 1969, tendo a frente Altiva Pilatti Balhana e Cecília Maria Westphalen⁸¹. Marília Souza do Valle empreendeu o estudo dessa documentação, concluindo sua dissertação de mestrado no ano de 1976 sob o título *Movimento Populacional da Lapa: 1769 - 1818*. Mais recentemente, Maria Luiza Andreazza realizou a organização do acervo eclesiástico lapeano, porém não explorou as características das famílias cativas que se apresentam nessas fontes. Esta pesquisa foi constituída com o intuito de dar seguimento ao trabalho já realizado por Valle e Andreazza, tendo em vista as dinâmicas familiares tecidas no interior do cativo.

Os registros de catolicidade passaram a ser obrigatórios a partir do Concílio de Trento, e na América portuguesa sua obrigatoriedade foi reiterada nas *Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia*, de 1707. Se foram constituídos com a intenção de contabilizar as almas, ao historiador têm servido para estudos de natureza variada, notadamente no que se refere à história da família. De acordo com as ordenações, cada paróquia deveria possuir livros encadernados, com folhas numeradas e rubricadas pelo vigário, com termos de abertura e encerramento. Deveria haver um deles para cada tipo de registro: batismos, casamentos e óbitos. Regulamentavam também a maneira como proceder cada um desses sacramentos⁸².

Um assento de casamento apresenta, além da data e do nome do pároco oficiante, o nome dos cônjuges, de seus pais e das testemunhas. A idade, a profissão, a residência e naturalidade também são arroladas. O estado civil dos consortes é igualmente indicado, pois há a possibilidade de que um deles, ou ambos, seja viúvo;

⁸¹ VALLE, M. S. op. cit, p. 16.

⁸² NADALIN, S. O. *História e demografia: elementos para um diálogo*. Campinas: Associação Brasileira de Estudos Populacionais – ABEP, 2004. p. 41.

neste caso, o nome do companheiro falecido é registrado⁸³.

Em uma ata de batismo consta o nome do batizando e de seus pais, avós e padrinhos, além de dados sobre a condição social, a cor e o sexo do indivíduo que recebeu o sacramento, e que é também classificado como legítimo, ilegítimo ou natural, dependendo da natureza da união de seus progenitores. A data, o local e o nome do celebrante também são indicados. Nas anotações de crianças abandonadas ou expostas era apontado o dia e o local em que foram encontrados.

Partes das famílias recuperadas estavam dispostas nos batismos. As informações extraídas foram basicamente o nome da criança que estava recebendo o sacramento e de seus pais ou mãe somente. Em alguns casos, os padrinhos eram apontados como casados, o que também possibilitou registrar mais alguns casais cativos.

Os registros de óbito, por sua vez, nos mostram o dia, mês e ano da morte, assim como o nome do falecido, seu estado civil e condição social, o local de residência ou freguesia a que pertencia e sua naturalidade. A *causa-mortis*, os sacramentos administrados e o local de sepultamento são também inseridos. Se o finado era solteiro, o nome de seus pais era apontado, caso fosse casado ou viúvo, seria o nome do cônjuge. Os obituários foram pouco utilizados, servindo somente para calcular o tempo de duração da união, quando possível, e indicar viuvez.

No que se refere aos cativos, os assentamentos, infelizmente, não costumam apresentar todos os dados de que poderiam dispor. A limitação de informações pode, em alguns casos, dificultar o trabalho do historiador, que também pode fazer uso de outras ferramentas, como o cruzamento com outras séries documentais, como as listas nominativas de habitantes.

As listas nominativas tornaram possível o ordenamento legal e administrativo no imenso território brasileiro em um momento no qual os funcionários regulares não eram suficientes, a população era escassa e se encontrava dispersa. Em meio às tensões fronteiriças protagonizadas por Portugal e Espanha, as potencialidades da população, tanto civil quanto militar, deveriam ser apresentadas através de recenseamentos ordenados pela administração portuguesa a fim de proteger o território. Esta, no entanto, não foi a única pretensão do projeto pombalino: era indispensável modernizar a administração do Estado e conhecer mais de perto a composição da população para

⁸³ NADALIN, S. O. 2004, op. cit., p. 58.

melhorar a arrecadação. Acreditava-se ainda que por meio destes recenseamentos realizados ao longo dos séculos XVIII e XIX, haveria um maior controle das camadas sociais mais perigosas⁸⁴.

Sendo primeira lista datada de 1765, a contagem anual da população prosseguiu, mesmo após a Independência, até pelo menos 1830⁸⁵. Contudo, foi somente a partir de 1770 que todos os habitantes foram inclusos nas listas, reservadas até então aos livres. As comunidades indígenas ainda eram uma exceção, pois a maioria escapava ao controle português⁸⁶. Cabia aos capitães mores a responsabilidades de realizar o senso populacional. A contagem era feita por fogos, em função das companhias de ordenanças.

A Vila de Curitiba durante o século XVIII era dividida em cinco companhias de ordenança: Primeira e Segunda Companhia da Vila de Curitiba, Terceira Companhia da Freguesia do Patrocínio de São José, Quarta Companhia da Freguesia de Santo Antonio da Lapa e Quinta Companhia da Freguesia de Sant'Anna de Castro⁸⁷. Nas listas da Quarta Companhia foi somente em 1797 que os escravos passaram a ser registrados nominalmente, pois até então era apenas apontado o número de posses cativas de cada domicílio.

Segundo Sérgio Nadalin, um mundo novo se abria no final do século XVIII, pré-anunciando o mundo da exatidão, característica da modernidade. Enquanto as listas nominativas de habitantes estavam, paulatinamente, tendo sua confecção melhorada, os livros paroquiais pareciam homogeneizar-se na forma e na apresentação, de modo que a separação da população em grandes categorias sociais foi desaparecendo na medida em que se aproximava o oitocentos⁸⁸.

Visto que os indivíduos passavam por uma série de rituais que eram devidamente registrados até a sua morte, para enfrentar a tarefa de recuperar o máximo de informações sobre os mesmos a composição de uma ficha que possa agrupar tudo o que era possível recuperar dos assentamentos é uma possível metodologia para recompor a imagem de uma família e da sociedade na qual estava imersa⁸⁹.

No final da década de 1950, o demógrafo francês Louis Henry apresentou um método de exploração dos registros paroquiais que atraiu o interesse dos historiadores

⁸⁴ NADALIN, 2004, op. cit., p. 48.

⁸⁵ Idem, p. 50.

⁸⁶ Idem, p. 62.

⁸⁷ NADALIN, 2004, op. cit., p. 63.

⁸⁸ Idem, p. 62.

⁸⁹ Idem, p. 116.

da família. Com o advento do novo procedimento de pesquisa se tornou possível estudar mais a fundo as dinâmicas demográficas das sociedades dos séculos passados⁹⁰. Segundo Nadalin, essas fichas testemunham uma atividade que teve início em 1974, quando Louis Henry ministrou um curso na Universidade Federal do Paraná. Ainda hoje têm sido utilizadas como base de anotações diversas que podem ser obtidas de fontes variadas⁹¹. Assim sendo, é recomendado anotar nas fichas de família todas as informações que se encontram dispersas em diferentes documentos⁹².

Utilizando o método de Henry, organizamos os casamentos em fichas de reconstituição de famílias que contam com gama de campos a serem preenchidos: dados do casal, de seus pais e seus filhos. Os casamentos de indivíduos que pertenciam a um nível social elevado eram registrados de forma mais detalhada. Além dos dados comuns a todos, as referências sobre os avós dos noivos, geralmente naturais de outras regiões, principalmente São Paulo ou até mesmo Portugal, também era acrescentados⁹³. A pouca informação de que dispõem os registros de cativos e forros me possibilitaram operar apenas com os seguintes campos:

- Nome dos noivos (em alguns casos sobrenome também);
- Nome dos pais;
- Condição jurídica dos noivos (em alguns casos a dos pais também);
- O nome do senhor a que pertence o cativo;
- O número do casamento;
- O local de nascimento e de residência;
- A ordem do casamento;
- Datas de nascimento e do casamento;
- A idade ao casar;
- Datas da viuvez e do recasamento;
- Nome do novo cônjuge;
- Data de nascimento e falecimento dos filhos;
- Sexo e estado civil dos filhos;
- Casamento dos filhos e nome do cônjuge de cada um deles.

⁹⁰ FERREIRA, J. A. G. *Contributos da reconstituição de paróquias para a investigação genealógica*. Comunicação apresentada à Reunião Americana de Genealogia, Santiago de Compostela, 2002.

⁹¹ NADALIN, S. O. *Reconstituir famílias e demarcar diferenças: virtualidades da metodologia para o estudo de grupos étnicos*. Revista Brasileira de Estudos da População, v. 24, p. 5-18, 2007. p. 12.

⁹² DUPÂQUIER, J. *Apud in* NADALIN, 2007, op. cit., p. 12.

⁹³ NADALIN, 2004, op. cit., p. 56.

É necessário frisar que, na maioria dos casos, não houve informação suficiente para preencher até mesmo os campos citados. Segundo Valle ocorreu inexplicavelmente uma ausência de registros de casamento para o ano de 1810. Como a mesma autora afirma, é impossível que imaginar que não tenha ocorrido nenhum casamento, nem mesmo entre os livres⁹⁴.

É importante ressaltar que neste estudo foram analisadas apenas as uniões firmadas pela Igreja, usando somente fontes eclesiásticas e de controle populacional. Apesar de a frequência dos concubinatos e relacionamentos estáveis sem reconhecimento religioso ser maior nesse período, esta pesquisa não se estendeu aos mesmos.

⁹⁴ VALLE, M. S. op. cit, p. 16 – 17.

Capítulo 3

1. Aspectos gerais das famílias cativas de Santo Antonio da Lapa

A existência de uma família no Brasil colonial não se restringia apenas ao casamento consagrado pela Igreja. Dizer que um casal não era casado e que seus filhos eram ilegítimos não significa que eles não pudessem constituir uma unidade familiar, ainda que legalmente fossem incapacitados sob certos aspectos.⁹⁵ Este pressuposto é válido tanto para os livres quanto para os cativos. Ainda que a maior parte dos cativos mantivessem relações consensuais, não se pode dizer que este tipo de união não poderia ser estável e duradoura, pois estabelecimento de relações familiares entre os escravos não dependia necessariamente da realização do ato religioso.

Durante a Colônia e o Império, a Igreja esteve institucionalmente unida ao Estado, de modo que somente o casamento católico, com base no rito tridentino, era considerado legítimo. Os registros eclesiásticos constituíam a única prova dos matrimônios, pois cabia somente à Igreja católica celebrar, formalizar e julgar a validade das uniões⁹⁶.

A política em que se inseriam as normas referentes ao casamento escravo fazia parte de uma campanha movida pela Igreja, que visava o cumprimento das determinações do Concílio de Trento e o controle do sacramento matrimonial, buscando evitar uniões consensuais ou concubinatos. As Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia, elaboradas em 1707, contavam com um conjunto de regras a respeito do casamento escravo. Aos senhores era determinado que permitissem, sem complicações ou ameaças, o casamento de cativos e, inclusive, estavam proibidos de separar o casal por intermédio de venda⁹⁷:

Conforme o direito divino e humano, os escravos e escravas podem casar com outras pessoas cativas ou livres e seus senhores lhes não podem impedir o matrimônio nem o uso dele em tempo e lugar conveniente, nem por esse respeito os podem tratar pior, nem vender para outros lugares remotos, para onde o outro, por ser cativo ou por ter outro justo

⁹⁵ SCHWARTZ, S. B. op.cit., p. 310.

⁹⁶ GRAF, M. E. C. *Fontes para o estudo da família escrava no Brasil*. In: Anais do V Encontro Nacional de Estudos Populacionais, 1986, Aguas de São Pedro - SP. Anais do V Encontro Nacional de Estudos Populacionais. São Paulo, 1986. p. 21.

⁹⁷ Idem, p. 315.

impedimento, o não possa seguir, e, fazendo o contrário, pecam mortalmente e tomam sobre suas consciências culpas de seus escravos, que por este temor se deixam muitas vezes estar e permanecer em estado de condenação. (D. Sebastião Monteiro de Vide, Constituições, título 71).

O pequeno número de casamentos cativos perante a Igreja pode revelar, entre outros fatores, a falta de interesse por parte de alguns proprietários no matrimônio de seus escravos. Mesmo em face das dificuldades existentes para a realização de uma união de acordo com os preceitos da fé católica e do desinteresse dos senhores, os escravos não se abstiveram de criar e manter laços de afeição, associação e sangue, que fossem significativos e permanentes⁹⁸.

O casamento, além de ser um processo demorado, complexo e burocrático, poderia custar muito caro, o que impunha algumas dificuldades de acesso, tornando reduzido o número de indivíduos que tinham condições de se casar⁹⁹. Estudos comparativos¹⁰⁰ mostram que o casamento católico era bem mais frequente entre os livres. Para Slenes, a discrepância no número de núpcias entre livres e escravos reside em seu grau de acesso, desejo e obtenção e sanção do matrimônio pela Igreja¹⁰¹.

As exigências burocráticas para a realização do ato religioso eram as mesmas para cativos e livres. No entanto, ainda que a autorização do senhor fosse dispensada, havia outras formalidades mais difíceis de serem cumpridas por escravos que pelo resto da população, ou seja, ao mesmo tempo em que a Igreja incentivava, também impunha obstáculos à união formal de cativos¹⁰².

O desenvolvimento da família escrava era propício não só aos cativos por conservar sua identidade e a suportar as pressões psicológicas da escravidão, mas inclusive aos senhores, que poderiam nela encontrar um instrumento de controle social¹⁰³. O casamento religioso era conveniente aos escravos pelo fato de que os princípios católicos reprovavam a separação de casais e, de fato, as famílias dispersas por venda ou partilha de herança eram minoria¹⁰⁴.

⁹⁸ MOTTA, J. F. op.cit., p. 211.

⁹⁹ LONDOÑO, F. T. *A outra família*. 1ª ed. São Paulo: Edições Loyola, 1999.

¹⁰⁰ COSTA, I. N.; SLENES, R. W. A.; SCHWARTZ, S. *A Família Escrava em Lorena (1801)*. In: *Escravidão em São Paulo e Minas Gerais*. São Paulo, EDUSP, Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2009. p. 212 - 213.

¹⁰¹ SLENES, R. W. A. *The demography and economics of brazilian slavery: 1850 – 1888*. Tese de Doutorado Stanford University, 1976. p. 416.

¹⁰² GRAF, M. E. C. op. cit., p. 23.

¹⁰³ MOTTA, op. cit., p. 210; SLENES, op. cit., p. 414.

¹⁰⁴ FLORENTINO, M. & GÓES, J. R. *A paz das senzalas. Famílias escravas e tráfico atlântico*, Rio de Janeiro, 1790 – 1850. Rio de Janeiro: Civ. Brasileira, 1997. p. 177.

Iraci Costa e Horacio Gutiérrez, ao realizarem um estudo acerca dos casamentos de escravos em São Paulo e no Paraná, puderam observar que, no território paranaense, no ano de 1830, 79,6% dos escravos eram solteiros, enquanto 17,5% deles eram casados e 2,9% viúvos¹⁰⁵. A dupla notou, igualmente, uma maior concentração de casamentos na faixa etária dos 30 a 40 anos de idade: dos 872 escravos pertencentes a esse grupo, 311 eram casados ou viúvos, um total de 35,6%¹⁰⁶. Ao demonstrar que uma parcela substantiva de cativos compunha-se de casados ou viúvos, estes autores expressam um ponto de vista divergente da historiografia de até então que afirma que poucos deles chegaram a conhecer o casamento sacramentado pela Igreja¹⁰⁷.

Realizando um levantamento dos casamentos ocorridos em Santo Antonio da Lapa, no período situado entre 1769 e 1830, em que ao menos um dos cônjuges tinha ou teve relação com a escravidão, foi possível contabilizar 116 casamentos entre escravos, forros e administrados. Em 73,2% dos matrimônios ambos os cônjuges eram cativos. Entre cativos e forros o índice de núpcias contraídas foi de 18,1%, enquanto que a união entre forros somou 2,5% e cativos e administrados 6%. Dos 85 casamentos entre escravos, 91,1% se deu dentro do mesmo plantel, contra apenas 3,5% de indivíduos de plantéis diferentes. Foi percebida a presença de 4 cativos viúvos e 5 cativas viúvas casando pela segunda vez. Na tabela abaixo estão dispostos os dados referentes aos arranjos matrimoniais entre escravos, forros e administrados.

.....
Tabela 1. FREQUÊNCIA DOS CASAMENTOS ENTRE CATIVOS, FORROS E ADMINISTRADOS

-	nº absoluto	%
Entre cativos	85	73,20%
Cativos e forros	21	18,10%
Entre forros	3	2,50%
Cativos e administrados	7	6%
Total	116	100%

Ainda que o índice de uniões entre escravos e libertos tenha sido relativamente

¹⁰⁵ COSTA, I. N.; GUTIÉRREZ, H. *Nota sobre casamentos de escravos em São Paulo e no Paraná (1830)*. In: *Escravidão em São Paulo e Minas Gerais*. São Paulo, EDUSP, Imprensa Oficial do Estado de São Paulo. 2009. p. 513.

¹⁰⁶ Idem, p. 518.

¹⁰⁷ Idem, p. 516.

elevado, se difere muito dos valores apresentados por autores que encontraram uma maior incidência de casamentos em que um dos cônjuges era forro. Para a freguesia de São José dos Pinhais, entre 1759 e 1888, Cacilda Machado calculou 83 uniões entre cativos e forros contra 65 em que ambos os noivos eram escravos. A autora ainda revela que poderia haver uma preferência dos escravos por parceiros livres por significar uma possibilidade de ascensão social, uma aproximação do mundo dos livres¹⁰⁸.

Por outro lado, o casamento misto poderia se caracterizar como uma via de mão dupla, pois a união de indivíduo forro a um cativo estaria, de certo modo, marcando o retorno do primeiro ao cativo. Para exemplificar esta ideia é válido destacar, a trajetória de Jacinta Angelica, que fora concubina de seu senhor e quando forra, regressou ao universo do cativo ao casar com dois escravos. Jacinta era escrava de Manoel Francisco Guimarães, português que migrou para Minas Gerais em meados do século XVIII. Segundo estudo de Maria Luiza Andreazza¹⁰⁹, ambos migraram para Santo Antonio da Lapa em 1780 e viveram uma relação ilegítima até a morte de Manoel, em 1788.

Em seu testamento, Manoel reconheceu dois filhos – Maria e Floriano – que teve com Jacinta como seus, concedendo-lhes a alforria e tornando-os herdeiros. Também conferiu a alforria de sua companheira Jacinta, mas com a condição de que esta permanecesse como escrava da filha Maria, de dois anos, até seu casamento. Ainda em testamento, Manoel também afirmava que Jacinta estava grávida e pedia para que verificassem se ele era realmente pai da criança (através da cor da pele), caso já tivesse morrido. Três meses após a morte de seu companheiro e senhor, Jacinta deu a luz a duas meninas, Benedita e Raquel.

No primeiro semestre de 1789 todas as filhas de Jacinta morreram, e dos filhos com Manoel restou-lhe apenas Floriano, que estava sob tutoria do testamenteiro Pedro Dias Pereira. Com essa tragédia em sua vida, Jacinta se viu forra, morando como agregada com o filho na casa do dito testamenteiro. Neste mesmo período Jacinta casou-se com o escravo Diogo, de Pedro Dias Pereira, retornando ao cativo.

O destino acabou sendo cruel com a forra mais uma vez, e em julho de 1792, seu marido Diogo faleceu. Fazendo uma busca nas listas nominativas de habitantes do período, após a morte de Diogo, Andreazza pode observar que em 1796 ela agregou-se

¹⁰⁸ MACHADO, C. op. cit., p. 154.

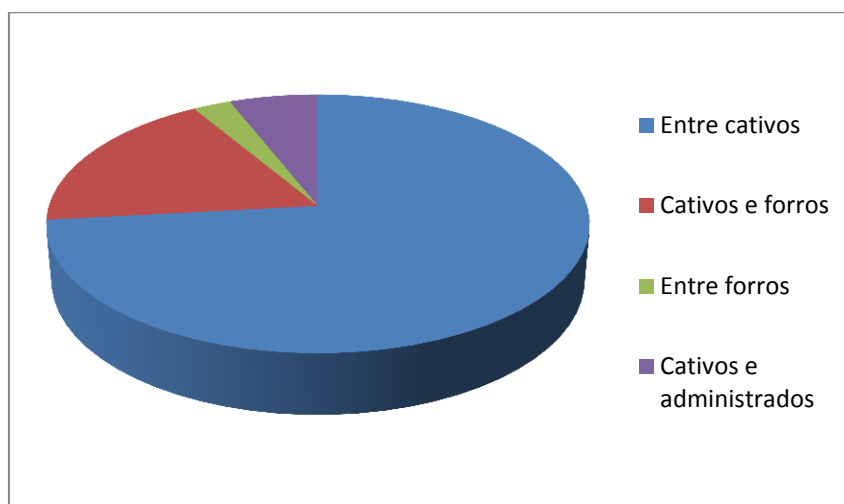
¹⁰⁹ ANDREAZZA, M. L. *Ser a escrava e ser a mulher: um estudo de caso*. In: 26 Reunião Anual da SBPOH, 2006, Rio de Janeiro. Programa e Resumos. Rio de Janeiro: Sociedade Brasileira de Pesquisa Histórica, 2006. v. 1. p. 1-74.

ao domicílio de Domingos Pereira da Silva, importante senhor da localidade. Na lista nominativa de 1798, ela continua arrolada no domicílio do mesmo chefe, mas casada com um de seus escravos, Vicente, de 41 anos.

Mais uma vez, Jacinta Angélica nos surpreende ao unir-se pela segunda vez a um cativo, mantendo-se no cativo, mesmo sendo considerada livre juridicamente. O casal aparentemente não teve filhos. No ano de 1816, Jacinta foi listada como viúva morando como agregada no domicílio de Anna Ferreira. Em 1826 ela ainda morava na Lapa, no fogo do Capitão-mor Francisco de Paula Teixeira, aos 74 anos de idade.

.....

Gráfico 1. DISTRIBUIÇÃO DOS CASAMENTOS



Alguns autores identificaram uma relação direta entre o tamanho do plantel e a formação de famílias. Segundo Stuart Schwartz, os escravos do campo sofriam menos interferências do senhor em suas decisões do que os cativos domésticos e de pequenas escravarias, de modo que quanto maior e mais distante era a propriedade e menos íntima era a relação com o proprietário, maior era a liberdade de escolher parceiros¹¹⁰.

Para Slenes, fora das localidades de *plantation*, os domicílios, em geral, costumavam ser pequenos e, muitas vezes, não constituíam comunidades residenciais estáveis. Sendo assim, se tornava mais difícil aos cativos encontrar, nos domicílios em que trabalhavam, indivíduos que pudessem ser escolhidos como seus parceiros conjugais e com os quais permaneceriam em contato.¹¹¹

O número pouco expressivo de casamentos entre cativos de diferentes plantéis

¹¹⁰ MACHADO, C. op. cit., p. 148 – 149.

¹¹¹ MOTTA, op. cit., 217.

chama atenção. Seguindo, em parte, o raciocínio de Emília Viotti da Costa¹¹², é plausível imaginar que a maioria dos senhores que possuíam escravos com parceiros de outro plantel não tivessem interesse na confirmação religiosa da união. Não seria mera falta de interesse, mas uma forma de evitar possíveis problemas decorrentes da venda de um dos cônjuges e da posse dos filhos que viriam a nascer.

Ao tratar de Campinas, Robert Slenes percebeu que o casamento católico não estava aberto a todos os cativos que nele tinham interesse. Os proprietários daquela região praticamente coíbiam o a união religiosa entre escravos de donos diferentes ou entre cativos e forros. Desse modo, o indivíduo que desejasse casar-se de acordo com a fé católica quase sempre tinha que encontrar um cônjuge dentro do plantel a que pertencia¹¹³.

De acordo com Francisco Vidal Luna, nas regiões caracterizadas pela presença de poucos cativos, ainda que acontecessem casamentos entre escravos e libertos, é possível pressupor que o efeito inibidor provocado pela preferência senhorial por uniões dentro dos plantéis, implicasse na redução do número de escravos que conseguiam manter uma união estável, pois o universo de escolha de parceiros era mais reduzido¹¹⁴.

No caso da Lapa, embora os domicílios possam ser considerados pequenos se comparados aos das regiões de *plantation*, o índice de casamentos entre escravos de um mesmo plantel foi elevado, quase absoluto. Isso pode nos levar a pensar que mesmo dentro de uma economia diversificada, pequeno escravista e com domicílios “instáveis”, foi possível aos cativos estabelecer relações com seus iguais, de modo que puderam contrair matrimônio com parceiros (as) que pertenciam ao mesmo senhor. Ocorreram, no período estudado apenas três casamentos entre indivíduos de diferentes proprietários.

Como destacou Cacilda Machado, os senhores de poucos cabedais raramente recorriam ao mercado escravista, de modo que não haveria motivos para dificultar a formação de casais, tendo em vista a necessidade de reprodução da mão-de-obra. A luz destes estudos, é possível inferir que a maioria dos cativos, inclusive em Santo Antonio da Lapa, possuíam relações de parentesco, mas que poderiam apresentar dificuldades na legitimação da família e na sua estabilidade domiciliar¹¹⁵. Ainda segundo Machado, a dificuldade em identificar relações parentais entre os cativos de pequenos escravistas reside na sistemática omissão desses vínculos nas fontes, e especialmente no possível

¹¹² COSTA, E. V. *Da senzala à colônia*. 2ª edição, São Paulo: Livraria Ciências Humanas, 1982.

¹¹³ SLENES, R. W. 1999, op. cit., p. 83 – 84.

¹¹⁴ LUNA, F. V. *Apud in* MACHADO, C. op. cit., p. 149.

¹¹⁵ MACHADO, C. op. cit., p. 151.

fracionamento das famílias em vários domicílios¹¹⁶.

No limite do que foi possível recuperar da prole, pôde ser observado 44 casais progenitores de 1 a 5 filhos e 5 casamentos em que o número de filhos variou entre 5 e 10. Foram recuperadas apenas duas famílias com 3 gerações. É bem provável que houvesse muitas outras famílias nesse molde, mas que, pela escassez de informações das fontes ou por dispersão de registros, não puderam ser descobertas nessa pesquisa. Nas duas tabelas a seguir observamos, respectivamente, o percentual da prole de acordo com o número de descendentes e a relação das uniões de acordo com o seu tempo de duração.

Tabela 2. NÚMERO DE DESCENDENTES

-	nº absoluto	%
1 a 5 filhos	44	89,70%
5 a 10 filhos	5	10,20%
Mais de 10 filhos	0	0
Total	49	100%

Frente à carência de informações foi possível calcular a duração de um número reduzido de matrimônios. Na tabela abaixo foram listados somente os que tiveram, em média, a duração de 10 anos ou mais. Neste grupo, vale destacar os 5 casamentos que se mantiveram por mais ou menos 10 anos e os 6 que chegaram a existir por entre 15 e 20 anos.

Tabela 3. RELAÇÃO DOS CASAMENTOS MAIS DURADOUROS ENCONTRADOS

Duração	nº de casamentos
Cerca de 10 anos	5
Entre 10 e 15 anos	2
Entre 15 e 20 anos	6
Entre 20 e 25 anos	1
Entre 25 e 30 anos	1
Mais de 30 anos	3

Apesar de a historiografia afirmar e dos dados obtidos confirmarem que a população escrava paranaense foi predominantemente crioula, o número de noivos africanos foi notável: 1 de Nação Benguela, 2 de Nação Mina, 3 de Nação Angola, 14

¹¹⁶ MACHADO, C. op. cit., p. 151 – 152.

de Nação Guiné e 2 não especificados; totalizando 18,9% de uniões em que ao menos um dos noivos era africano. Dos 22 casamentos envolvendo africanos, 18 ocorreram entre estes e crioulos, enquanto apenas 4 uniram religiosamente dois africanos.

Tabela 4. DISTRIBUIÇÃO DOS AFRICANOS DE ACORDO COM O LOCAL DE ORIGEM

Nação	nº de indivíduos
Benguela	1
Mina	2
Angola	3
Guiné	14
Não especificados	2
Total	22

O desequilíbrio em favor do sexo masculino ocasionado pelo tráfico africano embora fosse uma característica marcante da escravidão brasileira, não era generalizado. Marcílio¹¹⁷ e Gutiérrez apontaram um relativo equilíbrio entre homens e mulheres cativos em algumas regiões de São Paulo, onde se inclui o Paraná¹¹⁸. A média era de 106,6 homens para cada grupo de cem mulheres, segundo Costa e Gutiérrez¹¹⁹.

Segundo Gorender, nos distritos onde prevaleciam os pequenos agricultores e um número elevado de escravos domésticos, era comum uma composição sexual melhor distribuída¹²⁰. De modo a complementar tal afirmação, Luna e Costa demonstraram que os plantéis crioulos tendiam a ter um equilíbrio entre os sexos, enquanto que, os plantéis com maior presença africana se caracterizavam pela disparidade entre o número de homens, que costumava ser mais elevado, e o de mulheres¹²¹.

Neste mesmo estudo sobre Vila Rica, puderam também observar a maior incidência de matrimônios entre cativos africanos e parceiros do mesmo grupo étnico de origem. No caso de Campinas, Slenes apontou um índice de nupcialidade maior para homens crioulos do que para africanos, enquanto que, no caso das mulheres, eram as

¹¹⁷ MARCÍLIO, M. L. *Tendências e estruturas dos domicílios na capitania de São Paulo (1765 – 1828) segundo as listas nominativas de habitantes*. Estudos Econômicos. São Paulo: IPE/USP, 2(6): 131 – 143.

¹¹⁸ MOTTA, op. cit., p. 215.

¹¹⁹ COSTA; GUTIÉRREZ, op. cit., p. 513.

¹²⁰ GORENDER, J. *Apud in* MOTTA, op. cit., p. 215.

¹²¹ COSTA, I. N.; LUNA, F. V. *Vila Rica: nota sobre casamentos de escravos (1727 – 1826)*. In: *Escravidão em São Paulo e Minas Gerais*. São Paulo, EDUSP, Imprensa Oficial do Estado de São Paulo. 2009. p. 493 – 498.

africanas que mais casavam¹²². Já para Guarapuava, Francisco Fanco Netto percebeu que os africanos procuravam parceiros da mesma origem com mais intensidade do que a de crioulos¹²³.

Os escravos crioulos, ou seja, nascidos na colônia e no seio do sistema escravagista, indivíduos que não possuíam um passado africano, eram maioria em território paranaense. Como assinalou Horácio Gutiérrez, a avalanche de africanos teve, aparentemente, escasso eco no Paraná¹²⁴. Embora a freguesia de Santo Antonio da Lapa estivesse inserida neste contexto, não se pôde deixar de observar a presença, ainda que pequena, de africanos contraindo núpcias, sobretudo, com crioulos. Ainda segundo Gutiérrez, em território paranaense os africanos casavam perante a Igreja em maior proporção que os crioulos, buscavam tanto parceiros de sua etnia, assim como entre os nascidos no Brasil e até mesmo indivíduos livres¹²⁵.

2. Existiam famílias cativas porque os plantéis eram “grandes” ou os plantéis eram “grandes” porque existiam famílias cativas?

De acordo com Márcia Campos Graf, a família escrava se caracterizava como uma família nuclear, constituída por marido e mulher; marido, mulher e filhos; ou de um dos cônjuges com filhos¹²⁶.

Fragoso e Florentino trazem para esta discussão, além da família dita nuclear, as “famílias extendidas”, ou seja, aquelas que eram formadas por, no mínimo, três gerações. Para estes autores, a simples existência de tais famílias demonstra a solidificação do parentesco no tempo¹²⁷. Foi possível localizar duas famílias extendidas em Santo Antonio da Lapa no período proposto. Ainda segundo a dupla, na primeira metade do século XIX, os limites verticais máximos da família escrava iam dos avós até os netos, conformando três gerações ligadas pelo sangue. Horizontalmente, as relações familiares alcançavam a inclusão dos primos¹²⁸.

Tratando do caso fluminense, Florentino e Góes constataram que conforme

¹²² SLENES, R. W. 1999, op. cit., p. 85.

¹²³ NETTO, F. F. *População, Escravidão e Família em Guarapuava no século XIX*. Tese de doutorado em História, Universidade Federal do Paraná. Ano de obtenção: 2005. p. 326.

¹²⁴ GUTIÉRREZ, H. *Crioulos e africanos no Paraná, 1798-1830*. Revista Brasileira de História, São Paulo, n.16, 1988, p. 161-188.

¹²⁵ Idem, p. 169.

¹²⁶ GRAF, M. E. C. op. cit., 1986. p. 20.

¹²⁷ MOTTA, op. cit., p. 223

¹²⁸ FLORENTINO, M. & GÓES, J. R. op.cit., p. 83.

crescia o plantel, maior era a sua proximidade com o parentesco e efetivação dos laços familiares, ou seja, o tamanho dos plantéis era proporcional ao de parentescos¹²⁹. Entretanto, o aumento dos planteis estudados pela dupla se deu devido ao tráfico transatlântico, o que não ocorria na região sul, como foi demonstrado anteriormente.

Ao estudar a região de Guarapuava, Fernando Fanco Netto, pôde observar que a posse de escravos estava em consonância com os valores calculados por Gutiérrez para o Paraná, sendo que a maioria dos plantéis eram formados por casais. Observou, inclusive, que nas propriedades em que o número de escravos era maior as possibilidades de arranjos familiares eram mais factíveis, além de que o número de crianças nessas propriedades foi superior, o que representou uma maior força da reprodução endógena nesses grupos¹³⁰. No caso de Castro, Bruna Portela concluiu que a posse de escravos era um índice de riqueza importante dentro dessa sociedade, com maior peso, na maioria dos casos, no patrimônio dos inventariados do que os bens de raiz e de que o gado¹³¹.

Os maiores plantéis encontrados para Santo Antonio da Lapa no período proposto eram também os que os que possuíam os índices mais elevados de incidência de famílias cativas e pertenciam a três senhores que habitavam a região antes mesmo das mobilizações para que esta localidade se tornasse uma freguesia. Como mostrou Marília Souza do Valle, no ano de 1777 Joze dos Santos Pacheco foi indicado como feitor da freguesia. Dois anos mais tarde, Francisco Teixeira Coelho assumiu o posto de capitão de ordenança, até então ocupado por Antonio Gonçalves do Reis, que estava ausente por muito tempo, no posto de alferes. Domingos Pereira da Silva recebeu o cargo de almotacel (fiscal e aferidor de preços). Vale ainda mencionar que em 1806 foi o Capitão Francisco Teixeira Coelho quem teve a iniciativa de passar uma procuração aos militares para que requeressem a elevação da Freguesia à Vila¹³².

¹²⁹ FLORENTINO, M. & GÓES, J. R. op.cit., p. 95.

¹³⁰ NETTO, F. F. op. cit., p. 326.

¹³¹ PORTELA, B. M. op. cit., p. 94.

¹³² VALLE, M. S. op. cit, p. 11.

Tabela 5: RELAÇÃO DA POSSE DE CATIVOS POR ANO

	1782	1785	1788	1790	1791	1792	1793	1796	1797	1798	1806	1807
Domingos Pereira da Silva	*	30	**	29	30	30	31	30	32	30	26	26
Francisco Teixeira Coelho	5	9	10	10	11	12	14	20	20	19	22	25
Joze dos Santos Pacheco	27	27	27	26	26	26	24	22	23	23	8***	-

* A parte da lista nominativa de habitantes em que consta a informação do número de escravos está danificada.

** Nesta lista não consta o número de escravos pertencentes a Domingos Pereira da Silva.

*** Na lista de 1806, quem aparece como chefe de domicílio é a viúva de Joze dos Santos Pacheco e, como foi possível observar, o número de cativos do plantel caiu drasticamente. É possível supor que Joze dos Santos Pacheco tenha concedido a liberdade a alguns de seus escravos em testamento ou que estes tenham sido partilhados entre sua esposa e filhos após o desfecho do inventário do falecido.

A tabela acima evidencia que o tamanho dos plantéis correspondentes à Domingos Pereira da Silva e Joze dos Santos Pacheco se mantiveram constantes ao longo dos anos. Por outro lado, as posses cativas de Francisco Teixeira Coelho cresceram gradualmente. Um ponto que chama atenção é a queda brusca do número de integrantes do plantel após a morte de Joze dos Santos Pacheco. Como foi apontado, é provável que tenham ocorrido concessões de liberdade em testamento e/ou o desmembramento do grupo cativo na partilha de bens do falecido. O fato é que, dos 23 escravos que compunham seu plantel, apenas 8 deles permaneceram servindo a viúva Maria Pereira da Silva que, por sinal, não pôde ser localizada na lista nominativa do ano seguinte.

É válido agregar a esta discussão o modelo proposto por Hebert Gutman, conforme o qual a estabilidade da família cativa estaria associada ao ciclo de vida do proprietário. Quando jovens, estes compravam – ou herdavam – escravos que, imediatamente, buscavam o estabelecimento de laços parentais. O segundo momento, marcado pela maturidade biológica e administrativa do senhor, correspondia ao auge da socialização entre os escravos. Após a morte do dono, as famílias cativas encontravam-se na pior fase, pois eram, muitas vezes, desintegradas em doações e heranças ou ainda

pulverizadas no mercado¹³³.

3. Reconstituindo famílias cativas

Plantel 1: Domingos Pereira da Silva

Família 1:

Patricio (1762)¹³⁴ e Maria (1748) se casaram no ano de 1788, ela contava 40 anos de idade e ele 26 uma diferença de idade considerável. Tiveram 3 filhos: Anna (1789), Antonia (1792) e Januario (1796). Caso a informação sobre a idade de Maria, contidas nas listas nominativas de habitantes de 1798 e 1806, sejam verdadeiras, seu último parto ocorreu aos seus 48 anos de idade. Um ponto a ser destacado é a grande diferença de idade entre os noivos: 14 anos.

Família 2:

Não se sabe o ano do casamento, mas o cativo Paulo e a administrada Liberata tiveram dois filhos juntos: Anna (1782) e Joaquim (1785). O registro de óbito de um escravo chamado Paulo, pertencente à Domingos Pereira da Silva e falecido em 1787, foi encontrado. No entanto, o finado é citado como solteiro.

Família 3:

Braz, nascido em 1748, foi casado por mais ou menos 20 anos com Julianna, falecida em 1792. Foram frutos dessa relação 6 filhos: Marcelino (1773), Laurianno (1776), Thomazia (1779), Efigenia (1781 – 1808), Felipa (1784) e Urraca / Vilasia (1787 – 1788). Esta união foi uma das mais duradouras para o período. O casal figura também entre os que tiveram um número relativamente grande de filhos, sendo que, os intervalos das gestações foram de 3 anos entre todos eles.

Família 4:

Nos registros paróquias, Mariana (1769) é apresentada como mãe solteira de suas filhas Florentina (1790) e Angelica. No entanto, na lista nominativa de 1798, a

¹³³ GUTMAN, H. G. *Apud in* FLORENTINO, M. & GÓES, J. R. op. cit., p. 115.

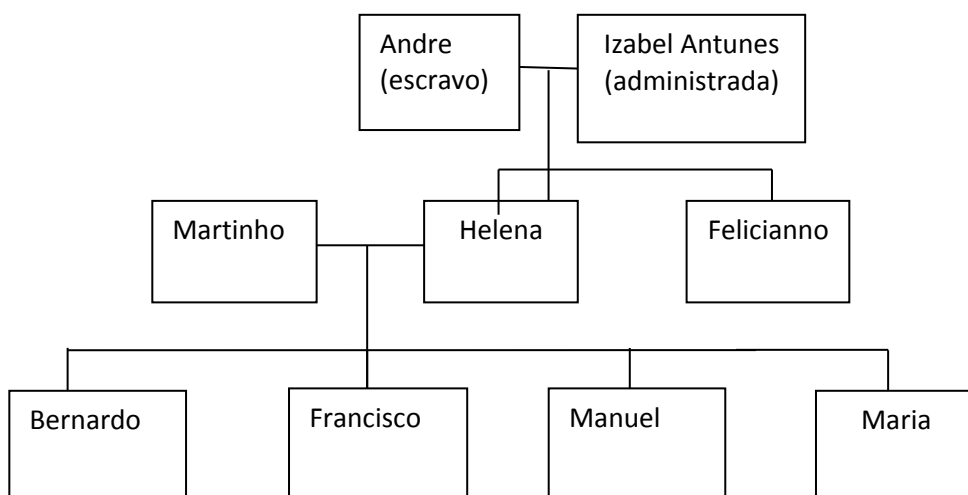
¹³⁴ Nesta exposição das famílias que tiveram sua trajetória reconstituída, a indicação entre parênteses se faz referência ao ano em que os indivíduos nasceram e, em alguns casos, o ano de falecimento dos mesmos.

cativa é arrolada como mulher de Claudio (1751), pertencente ao mesmo plantel, porém, não há registro do casamento no livro paroquial.

No rol de escravos de Domingos Pereira da Silva figuraram ainda 2 casais que aparentemente não tiveram filhos: Bernardo (1747) e Marcelina (1753); João (1737) e Joanna (1747). É válido destacar a presença das mães solteiras que possuíam um número considerável de filhos. Esperança (1757), que já havia sido escrava de João da Silva Reis e de Jozefa da Silva, teve 6 filhos: Adão, Feliciano, Ana Cleta, Ricardo, Rafael e Maria. Domingas (1747) deu a luz à Antonia, Joze e Rita. Maria (1777), por sua vez, foi mãe de Serafina, Barbara (1797), Leocardia, Josefa e Joze.

Plantel 2: Joze dos Santos Pacheco

Família 1:



O cativo André foi marido da administrada Izabel (? – 1780) durante mais ou menos 33 anos e com ela teve dois filhos: Feliciano (1781) e Helena. É provável que Izabel tenha falecido (27/12/1780) no parto de Feliciano e que este tenha sido batizado (09/06/1781) alguns meses depois. No final deste mesmo ano (1781) Helena se tornou esposa de Martinho, escravo do padre João da Silva Reis e juntos tiveram 4 filhos: Bernardo (1782), Francisco (1784), Manuel (1785) e Maria (1814), que morreu um dia após o seu nascimento. Um fator que chama atenção é o intervalo de 29 anos entre o

nascimento de Manuel e de Maria, pois, na verdade, o casal já teria idade para serem avós da menina. No entanto, Martinho e Helena foram registrados como pais de Helena no ato do batismo desta.

Família 2:

Os escravos Domingos (1747) e Thereza (1763 – 1803) permaneceram casados por pelo menos 18 anos. Neste tempo, tiveram 5 filhos: João (1785), Sara (1787), Felix (1788 – 1789), Evaristo (1789) e Miguel (1790). Quando viúvo, Domingos se uniu a Benedita (1767 – 1810), escrava de Francisco Teixeira Coelho e ele então se encontrava entre o grupo de cativos de Maria Pereira da Silva. Em seu segundo matrimônio, Domingos aparentemente não teve filhos.¹³⁵

Família 3:

Quando deu a luz à Ana, Manuela e Isidoro, Vitoria (1757) foi apontada como mãe solteira, porém, em 1789 uniu-se religiosamente a Antonio (1767). Desta união nasceram Paschoa (1789), Salvador (1791), Amador (1792), Rita (1795) e os gêmeos Calistro (1797) e Chrispin (1797). É bem provável que as crianças que Vitoria pariu como mãe solteira fossem também filhos de Antonio, no entanto, ela teria sido assim registrada pelo fato de ainda não estar casada com seu companheiro. Outro fator que chama atenção é a que noiva era 10 anos mais velha que seu marido.

Família 4:

Anna (? – 1794) e Luiz (? – 1798) permaneceram casados por cerca de 20 anos. Não foi possível calcular o ano de nascimento de ambos, uma vez que estes já não aparecem nas listas nominativas que apresentam o nome dos escravos. Tiveram 3 filhos juntos: Benedita, (1776), Marianno (1778), e Ignacio (1783). Nos registros de óbito, a falecida Anna é apresentada como escrava, mas, ao morrer, seu Marido é apontado como forro.

¹³⁵ O segundo casamento de Domingos foi apresentado entre as famílias pertencentes à Francisco Teixeira Coelho.

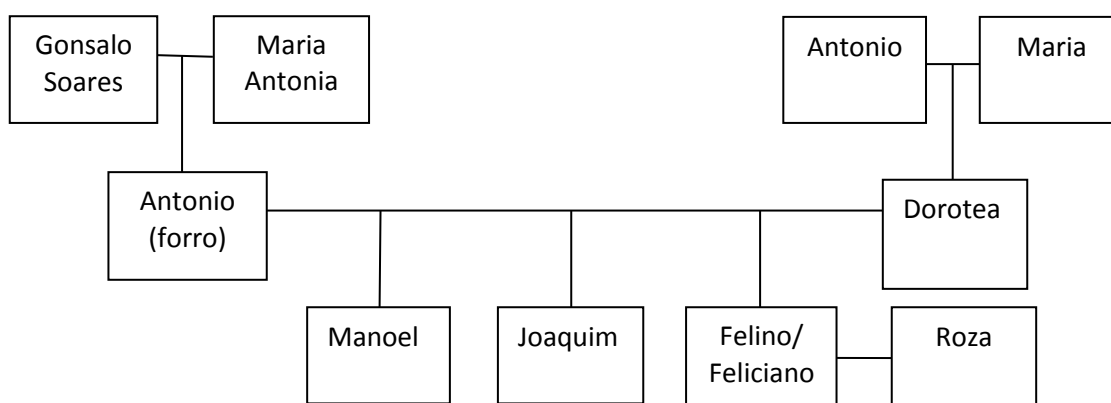
Família 5:

Os escravos Francisco e Maria foram casados e tiveram dois filhos que morreram ainda na tenra infância. Benedito foi batizado em 19/09/1775 e faleceu em 07/11 do mesmo ano. Sua irmã Joaquina foi batizada em 03/03/1780 e registrada como falecida 7 dias depois.

No interior deste plantel foram ainda encontradas algumas mães solteiras com seus filhos e uma família constituída antes de 1769. Miguel / Manoel foi marido de Anna, com quem teve os filhos Ritta (1757) e Benedito (1759). A mãe solteira Maria foi mãe de Felisberto, Damasia e Joaquina, enquanto outra Maria, também mãe solteira, trouxe ao mundo a menina Monica.

Plantel 3: Francisco Teixeira Coelho

Família 1:



Em 1802 ocorreu a celebração do casamento entre Antonio Soares, forro, e Dorotea (1783), escrava de Francisco Teixeira Coelho. Desta união nasceram 3 filhos homens: Joaquim (1803), Manoel (1805) e Feliciano / Felino (1806). Nesta família foi possível identificar a presença dos avós paternos, Gonsalo Soares e Maria Soares, e os maternos, Antonio e Maria, constituindo três gerações, como já mencionado. Feliciano / Felino foi encontrado levando a escrava Roza (1810), de Nação Guiné, ao altar em 1826. Nesta ocasião, os noivos são registrados como integrantes do plantel de Manoel Antonio da Cunha, no entanto, a lista nominativa de 1835 apresenta ambos como posses

de Francisco Teixeira Coelho.

Família 2:

O viúvo de Thereza preta, Domingos (1747), casou-se pela segunda vez com Benedita (1767 – 1810). No momento do ato religioso, esta pertencia à Francisco Teixeira Coelho enquanto ele estava sob a posse de Maria Pereira da Silva. Este é um dos 3 casamentos que se deu entre cativos de diferentes plantéis e, inclusive, o noivo foi também escravo de Joze dos Santos Pacheco quando fora marido da falecida Thereza, com quem teve 5 filhos.¹³⁶ É possível que Benedita também fosse viúva e este fosse seu segundo matrimônio, pois é listada como mulher do escravo Antonio, de seu mesmo plantel, no ano de 1798. Maria Pereira da Silva era irmã de Domingos Pereira da Silva, o qual foi testemunhou a união.

Família 3:

Os cativos Antonio (1757 – 1806) e Maria (1752) estiveram casados por, no mínimo, 12 anos. Nasceram deste relacionamento Eliana (1794) e Januario (1796 – 1797).

No seio da escravaria de Francisco Teixeira Coelho ocorreram mais dois casamentos, para os quais não foram localizados descendentes. A forra Anna Maria, procedente da vila de Castro e viúva de Leonardo Pinto casou-se pela segunda vez com o escravo Salvador, em 1825. Os cativos Manoel (1777) e Constancia (1782) legitimaram a união de acordo com os preceitos da fé católica no ano de 1796. Dentro deste mesmo grupo foi possível observar a presença de 3 mãe solteiras acompanhadas de seus filhos. Benedita (1767) foi mãe de Engracia (1789), Benedito (1787), Eugenio, Bartolomeu (1794) e Ricarda (1792). Antonia (1777) pariu Modesto (1796), enquanto Maria teve Antonia (não é a mesma pessoa) e Eva nasceu de Bernarda.

Considerações finais

Retomemos o conteúdo presente no trecho da obra de Mark Twain, apresentado logo no início deste estudo. O que foi exposto até aqui, nos fez perceber que, assim

¹³⁶ O casamento de Domingos e Thereza é apresentado com mais detalhes entre as famílias do plantel de Joze dos Santos Pacheco.

como o escravo Jim, que sentia tristeza e saudade ao pensar na mulher e nos filhos que estavam longe, muitos cativos – que de fato existiram – constituíram famílias e delas “gostavam tanto quanto os brancos gostavam das deles”. Embora, durante muito tempo, a historiografia tenha, assim como o menino Huckleberry Finn, considerado que os sentimentos e os laços familiares entre os cativos “não parecessem normais” ou fossem até mesmo inexistentes, estudos mais recentes, como o que aqui se apresentou, tem tratado de evidenciar justamente o contrário.

Para além dos números, foi importante perceber que mesmo em meio a uma sociedade opressora, os escravos foram capazes de defender seus interesses e criar mecanismos que possibilitassem uma vida familiar. Em outras palavras, aqui se reitera a concepção de que apesar de a família cativa ter se desenvolvido no seio das relações paternalistas estabelecidas entre senhores e escravos, esta se consolidou na manifestação da vontade dos cativos, expressando os elementos culturais próprios deste grupo. Concomitantemente, serviu como instrumento de controle social por parte dos proprietários e de estratégia de sobrevivência empreendida pelos escravos. Certamente o panorama enunciado por esta pesquisa apresenta conclusões muito distantes daquelas que acusavam um quadro de anomia e promiscuidade entre escravos.

Ainda que Santo Antonio da Lapa estivesse inserida em um contexto pequeno-escravista, onde a mão-de-obra escrava era a base de uma economia voltada à pecuária e à agricultura de subsistência estando estreitamente ligada ao tropeirismo, a família cativa se mostrou viável e assídua nesta localidade. Diante deste estudo foi possível concluir que embora a organização socioeconômica da freguesia de Santo Antonio da Lapa fosse bastante distinta daquela observada por diversos autores nas áreas de *plantation*, o desenvolvimento da família em cativeiro não só foi possível como demonstrou a capacidade dos cativos em estabelecer laços de sociabilidade com seus comuns e escolher cônjuges dentro e fora de seu grupo, mesmo inseridos em um universo mais reduzido de possibilidades que os escravos das regiões exportadoras.

Bem como demonstrou a historiografia tratando de outras vilas e freguesias, em Santo Antonio da Lapa os maiores plantéis favoreceram o casamento e a formação de famílias, pois neles o mercado matrimonial oferecia maiores possibilidades de arranjos entre os cativos. Em plantéis menores, sumariamente, não havia favorecimento de casamentos entre seus integrantes, o que não impedia que estes casassem entre si ou até mesmo buscassem companheiros com a condição jurídica diferente da sua.

Nesse sentido, foi possível observar uma relação bastante estreita entre o poder econômico do senhor e a configuração do mercado matrimonial. Isso ficou evidente ao demonstrar que, em Santo Antonio da Lapa, a maior frequência de casamentos se dava entre os cativos de grandes plantéis. De acordo com o que pôde ser observado nas relações estabelecidas entre o tamanho dos plantéis e a incidência de famílias no interior dos mesmos, é possível aferir que o crescimento endógeno da população cativa lapeana possibilitou a manutenção e/ou aumento da posse de escravos aos grandes proprietários.

Ficou evidente que o casamento e o estabelecimento de laços familiares envolvendo cativos e forros foi relevante para o contexto no qual estes indivíduos estiveram inseridos. Todavia, sua importância se estende aos dias de hoje, em que vivem os descendentes, mesmo que distantes, desses escravos. Apesar de ter sido superada há muito tempo a velha máxima cunhada por Wilson Martins, segundo a qual não haveria existido escravidão no Paraná devido suas características distintas das demais regiões do país, acredito ser de grande importância o papel dos pesquisadores não só para continuar reforçando sua existência, mas prosseguir evidenciando a força das relações entre os cativos e seu poder como agentes de sua própria história, que além de recuperar a historicidade da população negra, evidencia sua importância na formação socioeconômica e cultural do Paraná.

Referências bibliográficas

ANDREAZZA, M. L. *Casamento, solidariedade e compaixão*. In: XII Encontro da Associação Brasileira de Estudos Populacionais, 2000, Caxambu (MG). Anais do XII Encontro da Associação Brasileira de Estudos Populacionais. Belo Horizonte: ABEP, 2000.

_____. *Ser a escrava e ser a mulher: um estudo de caso*. In: 26 Reunião Anual da SBPOH, 2006, Rio de Janeiro. Programa e Resumos. Rio de Janeiro: Sociedade Brasileira de Pesquisa Histórica, 2006. v. 1. p. 1-74.

CARDOSO, F. H. *Capitalismo e escravidão no Brasil meridional: o negro na sociedade escravocrata do Rio Grande do Sul*. 2ª edição. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1977.

CHALHOUB, S. *Visões da liberdade: uma história das últimas décadas da escravidão na Corte*. São Paulo: Companhia das letras, 2011.

COSTA, E. V. *Da senzala à colônia*. 2ª edição, São Paulo: Livraria Ciências Humanas, 1982.

COSTA, I. N.; SLENES, R. W. A.; SCHWARTZ, S. *A Família Escrava em Lorena (1801)*. In: *Escravidão em São Paulo e Minas Gerais*. São Paulo, EDUSP, Imprensa Oficial do Estado de São Paulo. 2009.

_____.; LUNA, F. V. *Vila Rica: nota sobre casamentos de escravos (1727 – 1826)*. In: *Escravidão em São Paulo e Minas Gerais*. São Paulo, EDUSP, Imprensa Oficial do Estado de São Paulo. 2009.

_____.; GUTIÉRREZ, H. *Nota sobre casamentos de escravos em São Paulo e no Paraná (1830)*. In: *Escravidão em São Paulo e Minas Gerais*. São Paulo, EDUSP, Imprensa Oficial do Estado de São Paulo. 2009.

FARIA, S. S. C.; SLENES, R. W. *Família escrava e trabalho*. Tempo, Vol. 3 - n° 6, Dezembro de 1998. pp. 37 – 42.

FERREIRA, J. A. G. *Contributos da reconstituição de paróquias para a investigação genealógica*. Comunicação apresentada à Reunião Americana de Genealogia, Santiago de Compostela, 2002.

FLORENTINO, M. & GÓES, J. R. *A paz das senzalas. Famílias escravas e tráfico atlântico*, Rio de Janeiro, 1790 – 1850. Rio de Janeiro: Civ. Brasileira, 1997.

FREYRE, G. *Casa Grande e Senzala. Formação da Família Brasileira sob o Regime de Economia Patriarcal*. São Paulo: Global, 2003.

GRAF, M. E. C. *População escrava da província do Paraná. A partir das listas de classificação para emancipação 1873-1886*. Curitiba, Universidade Federal do Paraná, 1974. Dissertação de mestrado.

_____. *Imprensa periódica e escravidão no Paraná*. São Paulo, Universidade de São Paulo, 1979. Tese de Doutorado.

_____. *Fontes para o estudo da família escrava no Brasil*. In: Anais do V Encontro Nacional de Estudos Populacionais, 1986, Aguas de São Pedro - S.P. Anais do V Encontro Nacional de Estudos Populacionais. São Paulo, 1986. p. 19-32.

_____. *Fontes para o estudo da família escrava no Brasil*. In: Anais do V Encontro Nacional de Estudos Populacionais, 1986, Aguas de São Pedro - SP. Anais do V Encontro Nacional de Estudos Populacionais. São Paulo, 1986.

GUTIÉRREZ, H. *Fazendas de gado no Paraná escravista*. Topoi: Revista de História, Rio de Janeiro, n. 9, 2004, p. 102-127. p. 102.

HENRY, L. *Técnicas de análise em demografia histórica*. Tradução: Ativa Pilatti Balhana e Jayme Antonio Cardoso. Curitiba, Universidade Federal do Paraná, 1977.

IANNI, O. *As metamorfoses do escravo*. Apogeu e crise da escravatura no Brasil meridional. São Paulo: Hucitec, 1985.

LONDOÑO, F. T. *A outra família*. 1ª ed. São Paulo: Edições Loyola, 1999.

MACHADO, B. P. *Contribuição ao estudo da história agrária do Paraná – I: formação da estrutura agrária tradicional dos Campos Gerais*. Boletim da Universidade Federal do Paraná, Curitiba (3): 1 -21, junho 1963.

_____. MACHADO, B. P. *Formação histórica*. In: Campos Gerais - estruturas agrárias. Faculdade de Filosofia, Universidade Federal do Paraná, 1968. p. 29.

Machado, C. *A trama das vontades: negros, pardos e brancos na produção da hierarquia social (São José dos Pinhais – PR, passagem do XVIII para o XIX)*. Tese de Doutorado. RJ: 2006, UFPR/ IFCS, (mimeo).

MACHADO, H. P. T. *Em torno da autonomia escrava: uma nova direção para a história social da escravidão*. Revista Brasileira de História. São Paulo: AMPUH / Marco Zero, v. 8, nº 16, março de 1988 / agosto de 1988.

MARCÍLIO, M. L. *Tendências e estruturas dos domicílios na capitania de São Paulo (1765 – 1828) segundo as listas nominativas de habitantes*. Estudos Econômicos. São Paulo: IPE/USP, 2(6): 131 – 143.

MARTINS, Wilson. *Um Brasil diferente: ensaio sobre fenômenos de aculturação no Paraná*. São Paulo: T. A. Queiroz, 1989.

MATTOS, Hebe Maria. *Das cores do silêncio: Os significados da liberdade no Sudeste Escravista Brasil Século XIX*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998.

MATTOSO, K. M. Q. *Ser escravo no Brasil*. 2ª reimpressão da 3ª edição, São Paulo: Brasiliense, 2003.

MOTTA, J. F. *Corpos escravos, vontades livres: posse de cativos e família escrava em Bananal (1801 – 1829)*. São Paulo, FAPESP, Annablume, 1999.

NADALIN, S. O. *História e demografia: elementos para um diálogo*. Campinas: Associação Brasileira de Estudos Populacionais – ABEP, 2004.

_____. *Reconstituir famílias e demarcar diferenças: virtualidades da metodologia para o estudo de grupos étnicos*. Revista Brasileira de Estudos da População, v. 24, p. 5-18, 2007.

_____. *A Demografia Numa Perspectiva Histórica*. Belo Horizonte: Associação Brasileira de Estudos Populacionais, 1994.

OLIVEIRA, M. O “Brasil diferente” de Wilson Martins. Caderno CRH, Salvador, v. 18, n. 44, p. 215-221, Maio/Ago. 2005.

PENA, E. S. *O Jogo da Face. A Astúcia Escrava frente aos Senhores e à Lei na Curitiba Provincial*. Curitiba: Aos Quatro Ventos, 1999. p. 29; GUTIÉRREZ, H. Crioulos e africanos no Paraná, 1798-1830. Revista Brasileira de História, São Paulo, n.16, 1988.

PORTELA, B. M. *Caminhos do cativo: a configuração de uma comunidade escrava. (Castro, São Paulo, 1800-1830)*. Dissertação de Mestrado, Universidade Federal do Paraná. Ano de Obtenção: 2007.

PRADO Jr., C. *Formação do Brasil Contemporâneo*. São Paulo: Brasiliense, 1979.

RAMOS, V. G. *A família entre os escravos da religião*. Revista Eletrônica Cadernos de História, vol. VII, ano 4, n.º 1, julho de 2009.

REINEHR, S. *História do Paraná: em conto e para ouvir*. Ilustrado por Edilson Pinheiro. Curitiba: Edição da autora, 2010. 40 p.:il.

SANTOS, C. R. A. *L'économie et la société esclavagistes au Parana (Brésil) de 1854 e 1887*. Paris, Univeristé de Paris X – Natterre, 1976. Tese de doutorado.

SCHWARTZ, S. B. *Segredos internos; engenhos e escravos na sociedade colonial, 1550-1835*. São Paulo: Cia. das Letras, 1988.

SLENES, R. W. *Na senzala, uma flor. Esperanças e recordações na formação da família escrava. Brasil, Sudeste, século XIX*. 2ª edição, Campinas: Editora da Unicamp, 2011.

_____. *The demography and economics of brazilian slavery: 1850 – 1888*. Tese de Doutorado Stanford University, 1976.

_____. *Lares negros, olhares brancos: histórias da família escrava no século XIX*. In: Revista Brasileira de História, nº16, Marco Zero/ANPUH, mar./ago. 1988.

TWAIN, M. *As aventuras de Huckleberry Finn*. Traduzido por Ganesha Consultoria Editorial. Rio de Janeiro: BestBolso, 2011.

VALLE, M. S. *Movimento populacional da Lapa: 1769 – 1818*. Curitiba, 1976. Dissertação de mestrado em História. UFPR.

WEIGERT, D. *Compadrio e família escrava em Palmas, província do Paraná (1843-1888)*. Curitiba, 2010. 150 f. Dissertação (Mestrado em História) Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Paraná.